

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JORGE WILLIAN FRANCISCO DE SOUZA

**MAS AFINAL, DE QUEM É O TERRENO? RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS E LUTA POR MORADIA EM AQUIDAUANA – MS**

AQUIDAUANA – MS
2022

JORGE WILLIAN FRANCISCO DE SOUZA

**MAS AFINAL, DE QUEM É O TERRENO? RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS E LUTA POR MORADIA EM AQUIDAUANA – MS**

Dissertação apresentada com exigência do curso de Mestrado em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista.

AQUIDAUANA – MS
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

JORGE WILLIAN FRANCISCO DE SOUZA

**MAS AFINAL, DE QUEM É O TERRENO? RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS E LUTA POR MORADIA EM AQUIDAUANA – MS**

Dissertação apresentada com exigência do curso de Mestrado em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista.

Resultado: _____

Aquidauana, MS, _____ de _____ de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)
Orientador

Profa. Dra. Patrícia Helena Milani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)

Prof. Dr. André Luiz de Carvalho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade, que sempre guiou e determinou a minha trajetória;

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista, pela dedicação do seu tempo, pela sabedoria, amizade e companheirismo durante todo o período acadêmico;

Aos professores, Dra. Patrícia Helena Milani e Dr. André Luiz de Carvalho, que são exemplos de educadores e pesquisadores;

Ao meu companheiro de vida, Thiago Woiciechowski que sempre me incentivou a buscar a realização dos meus sonhos;

Aos meus familiares, pelo incentivo e por acreditarem no meu potencial;

A todos os colegas que tive contato durante o período do mestrado, em especial, aos que compõem o grupo da disciplina Espaço Urbano. Agradeço pelos momentos de descontração, alegrias, confidências, trocas, discussões e risos;

Aos moradores da ocupação urbana Jardim São Francisco II, que gentilmente contribuíram para a realização deste estudo, trocando experiências sobre suas vidas e trajetória;

Ao geógrafo Emerson Pinheiro dos Santos, da Prefeitura Municipal de Aquidauana – MS, pela disponibilidade e auxílio durante o processo de pesquisa documental.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em particular ao curso de Licenciatura em Geografia e o Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Aquidauana (CPAQ) por todo aprendizado intelectual;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por incentivar a ciência e garantir a minha estabilidade financeira durante o período de pós-graduação;

A todos que contribuíram de forma direta e indireta na minha formação acadêmica e na elaboração deste estudo.

Muito Obrigado!

Tudo tem seu apogeu e seu declínio.
É natural que seja assim, todavia,
quando tudo parece convergir para
o que supomos o nada, eis que a vida
ressurge, triunfante e bela. Novas
folhas, novas flores, na infinita
benção do recomeço.

Chico Xavier

RESUMO

O direito à cidade é um direito humano e coletivo. Sob tal perspectiva, consideramos que o processo de urbanização e produção do espaço urbano, pode ser igualmente portador de contradições e gerador de conflitos entre os sujeitos sociais, considerando que, os movimentos sociais que lutam por moradia se articulam, a fim de desnudar o precário planejamento urbano e políticas habitacionais frágeis existentes nas cidades. Neste sentido, analisar as trajetórias e estratégias dos sujeitos na garantia de acesso à moradia em ocupações urbanas é imprescindível. Assim, este estudo proporcionou ouvir as experiências, trajetórias e narrativas vividas pelos moradores da ocupação urbana Jardim São Francisco II, na cidade de Aquidauana-MS, no intuito de compreender quais foram os caminhos percorridos pelos moradores e as estratégias que envolve a produção das moradias na referida ocupação. Para isto, foram realizadas observações in loco, mapeamento, realização de entrevistas com roteiros semiestruturados, elaboração e utilização de um diário de campo combinado as entrevistas, bem como registros fotográficos, visando identificar as estratégias e práticas utilizadas por esses sujeitos na garantia do bem-estar, qualidade de vida e da moradia. Juntos, esses elementos, em debate com a teoria nos ajudou a evidenciar que a luta por moradia não se dá apenas no contexto da casa, mas por um direito mais amplo, o direito à cidade.

Palavras-chave: Ocupação urbana; Moradia; Direito à cidade; Movimentos sociais urbanos; Aquidauana-MS.

ABSTRACT

The right to the city is a human and collective right. From this perspective, we consider that the process of urbanization and production of urban space can also be the bearer of contradictions and generator of conflicts between social subjects, considering that the social movements that fight for housing are articulated in order to lay bare the precarious urban planning and fragile housing policies existing in cities. In this sense, analyzing the trajectories and strategies of the subjects in guaranteeing access to housing in urban occupations is essential. Thus, this study provided listening to the experiences, trajectories and narratives lived by the residents of urban occupation Jardim São Francisco II, in the city of Aquidauana-MS, in order to understand the paths taken by the residents and the strategies involved in the production of housing in that occupation. For this, on-site observations, mapping, interviews with semi-structured scripts, preparation and use of a field diary combined with the interviews, as well as photographic records, will be carried out, in order to identify the strategies and practices used by these subjects to guarantee the well- living, quality of life and housing. Together, these elements, in debate with theory, helped us to show that the struggle for housing does not take place only in the context of the house, but for a broader right, the right to the city.

Key words: Urban occupation; Home; Right to the city; Urban social movements; Aquidauana-MS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do município e área urbana de Aquidauana – MS.....	20
Figura 2 - Espacialização das ocupações irregulares na área urbana de Aquidauana, MS.	21
Figura 3 - Análise temporal da produção do espaço urbano de Aquidauana - MS.	31
Figura 4 - Evolução populacional do município de Aquidauana –MS (1970-2010).	32
Figura 5 - As diferentes formas de autoconstrução da moradia dentro da ocupação urbana Jardim São Francisco II, Aquidauana – MS.	55
Figura 6 - Barracos abandonados observados na ocupação urbana Jardim São Francisco II, Aquidauana – MS.	57
Figura 7 - Imóvel comercial inacabado presente na ocupação urbana Jardim São Francisco II, Aquidauana – MS.	58
Figura 8 - Composição territorial do bairro São Francisco, Aquidauana – MS.	60
Figura 9 - Publicação a respeito do cancelamento dos terrenos publicada no Jornal O Pantaneiro em 1992.	64
Figura 10 - Documento de cartório relacionado à compra e venda dos terrenos.	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos moradores entrevistados na ocupação irregular Jardim São Francisco II.	18
Quadro 2 - Periodização da produção espacial em Aquidauana - MS (1890-1970).	30
Quadro 3 - Conjuntos habitacionais da cidade de Aquidauana – MS.	33

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB	Agência de habitação popular de Mato Grosso do Sul
FIS	Fundo de Investimento Social
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	17
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA LÓGICA CAPITALISTA.	25
	3.1 Processo de produção do espaço urbano	25
	3.2 A produção do espaço urbana em Aquidauana.....	29
	3.3 O direito à cidade e a luta por moradia.....	35
	3.4 A produção da habitação e da cidade.....	39
4	MAS AFINAL, DE QUEM É O TERRENO?	51
	4.1 Narrativas e trajetórias de vida dos moradores	51
	4.2 Análise das informações documentais	60
5	CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A espacialidade urbana se rearranja contraditoriamente ao moldar os cenários das cidades de modo fragmentado e descontínuo. Haja vista, que a cidade moderna possui uma política urbana que progressivamente distância e separa os extratos sociais, incitando à novas práticas cotidianas, ou seja, novas relações espaciais (SECCHI, 2007, p. 118). É imprescindível falar sobre a contemporaneidade urbana, sem destacar as consequências do processo de urbanização na sociedade, sobretudo, na ruptura das formas de trabalho ocasionada pelo processo de industrialização, que contribuiu, principalmente, na migração de grande parte da população rural para a zona urbana, culminando na paulatina dissipação da mão-de-obra rural, no crescimento desordenado dos centros urbanos, na intensificação do número de assentamentos humanos e consequentemente resultando em mudanças na estrutura urbana das cidades.

Paralelo a esse período, houve o aumento na incidência de ocupações de terras e imóveis subutilizados e ociosos, públicos e privados. Assim, a partir da década de 1980, movimentos sociais que lutam por moradia ganharam visibilidade com os conflitos inerentes no espaço urbano, como o aumento no valor do solo urbano, no preço dos aluguéis e nos índices de desemprego, fatores que acarretaram significativa intensificação das ocupações de terras (TRINDADE, 2017, p. 163). A garantia de acesso à moradia é indispensável para atender as necessidades e o bem-estar dos grupos sociais mais vulneráveis, e não ocorrendo tal acesso evidencia-se e legitima-se a necessidade dos movimentos sociais que lutam por moradia.

O ato de ocupar imóveis e terras urbanas não se resume apenas ao direito à moradia, mas também, ao direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). Sob tal perspectiva, consideramos que o processo de urbanização e produção dos espaços urbanos, pode ser igualmente portador de contradições e gerador de conflitos entre os seus sujeitos, considerando que, os movimentos sociais que lutam por moradia se articulam a fim de desnudar o precário planejamento urbano e políticas habitacionais frágeis existentes nas cidades. Esse cenário também é abordado por Maricato (1999) quando a autora trata “as invasões de terras como parte integrante do processo de urbanização no país” (MARICATO, 1999, p. 1), com o significativo aumento no período da pandemia de Covid-19 e, consequentemente pelo acirramento das desigualdades socioespaciais no país.

Isso expõe que as raízes da questão habitacional no Brasil, além de estarem incrustadas em sua essência estrutural, reafirma que essa é uma problemática social crônica que atinge uma parcela significativa da população brasileira. Não obstante, uma pesquisa realizada pela

Fundação João Pinheiro, no ano de 2019, mostrou que o déficit habitacional em todo o Brasil, foi de 5,8 milhões de moradias. No entanto, devemos considerar que a pandemia de Covid-19, no fim de 2019 início de 2020, intensificou a crise econômica do país, agravando a situação do déficit habitacional brasileiro. Com isso, as intenções reais do poder público em relação ao acesso à moradia passam a ter caráter ambíguo, quando colocado de um lado da balança a necessidade de morar das camadas mais pobres e do outro a especulação imobiliária, reforçando os conflitos territoriais urbanos.

De fato, as relações sociais quando analisadas no âmbito das cidades, por vezes despontam da segregação socioespacial, pois elas assumem um caráter fundado no acúmulo de capital, contribuindo diretamente na ascensão desigual da sociedade. E ao analisarmos essa dinâmica social, tanto em pequenas quanto em grandes cidades, também devemos considerar que as desigualdades sociais não se explicitam apenas no padrão processual e locacional das condições inadequadas de moradia, mas, também no modo de vida das pessoas.

A impotência do estado na aplicabilidade de políticas públicas voltadas ao acesso das camadas mais pobres à moradia, tornou incipiente o processo designado como aglomerados subnormais. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) “aglomerado subnormal, é a definição dada para ocupações irregulares de terrenos de propriedade alheia, públicos ou privados, para fins de habitação em áreas urbanas”. Essas aglomerações se caracterizam por “urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação”. Além disso, são popularmente conhecidas como “favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros”, todos carregam consigo sentidos e significados que integram o processo de segregação socioespacial. Apesar de todos os fatores supracitados possuírem caráter de exclusão social, a autoconstrução da moradia, mesmo sendo em regime de ocupação, foi caracterizado por Nascimento (2011, p. 10) “como um mecanismo importante de provisão habitacional não mercantilizada, de acesso à moradia e à propriedade e de estabilidade da família”.

No estado de Mato Grosso do Sul, foram identificados nas cidades de Corumbá e Campo Grande, sendo essa última a capital do estado, 1.879 aglomerados subnormais (IBGE, 2010). Porém, de lá para cá, se passaram onze anos, e nesse período ocorreram transformações na composição socioespacial das cidades de todo o estado, sobretudo na intensificação do número de ocupações urbanas, inclusive em Aquidauana - MS, nosso recorte de pesquisa. Tanto o planejamento urbano, quanto às políticas públicas habitacionais não acompanharam o crescimento populacional dessas cidades, se mostrando ineficazes e insuficientes quando se

trata de ordenamento habitacional às camadas mais pobres, contribuindo diretamente na produção e intensificação da segregação socioespacial e consequentemente no adensamento das ocupações urbanas.

Atualmente, apesar da cidade de Aquidauana - MS ter alcançado a dimensão populacional relativamente significativa de 48.184 (estimativa IBGE, 2020) as taxas de urbanização continuam baixas, e o setor industrial, que poderia contribuir neste sentido, se mostra incapaz, uma vez que o agronegócio, a pecuária tradicional, bem como o comércio são os principais setores que contribuem na empregabilidade local. Diante disto, e pela vivência no cotidiano da cidade como um todo, constatamos que os três setores empregatícios citados não contemplam todos os indivíduos que sofrem com a crise do desemprego, e deste modo contribui no crescente fluxo migratório regional da população economicamente ativa para outros municípios em busca de emprego.

Fato que remete ao período de 1960 a 1990 relatado por Jóia (2005, p. 43), que apesar do crescimento populacional urbano ter ocorrido de modo constante, a cidade se apresentava em estagnação econômica devido a ausência de indústrias de médio e grande portes, visto que a pecuária e os pequenos comércios eram as atividades econômicas que predominavam na época.

Apesar do progresso na economia urbana desde a década de 1960, Joia (2005) alertou que a localização periférica da cidade em relação ao centro do capitalismo nacional, além de ser desinteressante às pessoas (no sentido de estar empregado) e aos negócios (no sentido de investir), também é um impeditivo para que ocorra “explosões” demográficas (aumento do crescimento populacional).

Com base nisto, notamos que Aquidauana ainda possui em seu contexto especificidades de municípios rurais, relatadas por alguns estudiosos (QUEIROZ, 1973; WANDERLEY, 2001; ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003;), pois se encontra em uma paulatina fase transitória do rural para o urbano. Isso porque o mundo rural exerce forte influência no cotidiano das cidades pequenas e médias, bem como no espaço de consumo, serviços e sobretudo no processo constante de construções e produções espaciais e identitárias que envolve a vida da população. Com isso, a cidade cumpre um papel de relevância na rede urbana, onde se constitui como espaço de atendimento de necessidades externas da região que, neste caso, é o fornecimento de mão-de-obra (CORRÊA, 2006).

Pressupomos, assim como Boulos (2014), que a participação ativa desses indivíduos em movimentos que reivindicam por moradia, se legitima principalmente, pela precarização ou falta de trabalho e à segregação socioespacial. Não obstante, também ponderamos que no

percurso de vida desses sujeitos transcorreram situações que perpassam as questões do desemprego, da segregação socioespacial e da falta de moradia. Em virtude disto, nossos objetivos de pesquisa são norteados pelos seguintes questionamentos: Quais as experiências e trajetórias que conduziram os sujeitos (moradores das ocupações) a atualmente residir e constituir uma ocupação urbana? E como os sujeitos sociais que integram o movimento social – a ocupação – se organizam em seus cotidianos? Nos referimos às tarefas cotidianas de reprodução da vida – trabalho, comida, organização da casa/barraco, cuidado com as crianças etc. Pois, presumimos que seja nessa vivência cotidiana que se estampa a resistência e a luta na cidade, pela cidade. Dessa forma, o objetivo deste estudo é compreender os motivos que conduziram os sujeitos (moradores das ocupações) a atualmente residir em uma ocupação urbana.

Para isso, as observações a campo e as entrevistas se mostram fundamentais na análise por diferenças e semelhanças entre os sujeitos que compõem o movimento social, nos referimos às seguintes questões: há o predomínio de mulheres como chefes de família; os indivíduos que pertencem a ocupação são oriundos de outros movimentos sociais; qual o perfil profissional dos homens da ocupação, em geral possuem trabalho formal e informal? As famílias da ocupação são contempladas com auxílios do governo, por exemplo, bolsa família? Como a pandemia de Covid-19, impactou estas famílias, pensando no desemprego, na insegurança alimentar e nas condições precárias de isolamento social e demais medidas de segurança. Essa busca em relação a diversidade no perfil dos moradores da ocupação, proporciona ao pesquisador e aos leitores deste estudo, um aprofundamento na composição dos sujeitos pesquisados nesta dissertação.

Este estudo se divide em quatro partes. Na primeira, apresentamos o método, adotando o método dialético marxista, uma vez em que propomos analisar a produção do espaço em meio ao processo de mercantilização da terra. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos e das técnicas de pesquisa, nos apoiaremos na metodologia qualitativa, que se refere às pesquisas que estimulam estratégias metodológicas para a geração de informações como por exemplo observação de campo, entrevista, história oral e grupo focal, as quais produzem informações ricas e detalhadas do objeto de pesquisa (MILANI, 2019, p. 03). Além do método, também abordamos sobre as ferramentas metodológicas utilizadas para a geração das informações, sendo estas: observação, diário de campo e entrevistas, tendo em vista que, essas ferramentas propiciaram analisar o cotidiano dos moradores da ocupação de forma a registrar os modos pelos quais os sujeitos percebem suas relações e as suas condições de existência naquele espaço e em relação à cidade, uma vez que os sujeitos sociais não são estáticos na cidade, a vivência

de diferentes formas, a depender inclusive de seus espaços de moradias e condições de mobilidade.

Na sequência, trazemos o debate sobre a produção do espaço urbano na lógica capitalista, que irá destrinchar em um primeiro momento sobre a produção do espaço geográfico e os principais elementos que o constitui, a partir daí, enveredamos para a discussão sobre a produção do espaço urbano, a fim de se compreender como este se rearranja no cenário do modo de produção capitalista, onde o exacerbado fetiche pelo lucro validou a terra a possuir um caráter de mercadoria. Esta importância assumida pela terra, que confere a ela caráter de mercadoria, assumindo um preço dentro do espaço urbano contribui decisivamente para o surgimento, na cidade, de áreas fortemente segregadas social e espacialmente. Nesse sentido, Ribeiro (2002) contribui ao destacar que a diferenciação das classes sociais, quando transformada em separações físicas e simbólicas dificulta a sociabilidade, reforça a segmentação das identidades coletivas e inferioriza certos segmentos sociais. Assim, sendo o espaço urbano um produto social, arquitetado pelos agentes produtores do espaço, o mesmo, se apresenta às desigualdades que refletem as diferentes classes sociais.

Na terceira parte, analisamos a produção espacial em Aquidauana, diante da contextualização histórica e dos fatores e fenômenos que motivaram a sua ocupação territorial, considerando que a atual organização espacial, resultado do início de formação da cidade, influi nos recentes processos de luta pela terra urbana. Assim, com informações adquiridas na bibliografia existente e os dados socioeconômicos da cidade, conseguimos delinear as questões que envolvem a produção habitacional na cidade. Do mesmo modo que o déficit habitacional atinge inúmeras cidades brasileiras, em Aquidauana não seria diferente, por isso se fez necessário analisar o contexto socioespacial acerca de possíveis negligências nas políticas públicas em relação à habitação de interesse social na cidade.

A quarta e última parte foi dividida em duas abordagens, a primeira corresponde as narrativas das trajetórias de vida dos moradores e, também o conhecimento que possuem sobre a real situação dos terrenos que ocupam. Já a segunda abordagem, se baseia em dados documentais adquiridos com a Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo de Aquidauana-MS, que diz respeito ao processo inicial de loteamento do bairro São Francisco, em específico ao período de loteamento correspondente ao Jardim São Francisco I. Por fim, confrontamos o conhecimento dos moradores com a documentação comprobatória de posse dos terrenos (escrituras e matrículas) tendo o intuito de esclarecer de quem, e a quem atualmente pertencem os terrenos ocupados.

2 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como embasamento o processo da produção do espaço sob a perspectiva histórica das ocupações urbanas. Elucidamos, a partir da contribuição de Roberto Lobato Corrêa, sobre os processos e as mudanças que ocorreram na estrutura urbana das cidades, em especial das metrópoles. Essas mudanças, reordenam e reconfiguram constantemente o espaço urbano, por intermédio de diferentes usos da terra. Ainda, o autor nos apresenta grupos de agentes formadores do espaço e articula sobre o papel que cada um deles desempenha dentro da cidade capitalista. Henri Lefebvre, também contribui na construção desse pensamento, justamente por acreditar que o espaço urbano é socialmente construído, porém dialeticamente produzido.

Neste seguimento, trazemos Ana Fani Carlos, a autora também analisa o processo evolutivo das cidades a partir da ótica histórica, onde as relações sociais imprimem na cidade moderna, tanto a luta pelo direito a moradia, quanto o direito à cidade. nos colocando a repensar de maneira lúcida a noção de cidade. E a respeito das moradias, nos apoiamos em Arlete Moysés Rodrigues, Ermínia Maricato e Adriano Botelho para auxiliar nesse assunto. Os autores analisam de forma envolvente e engajada, os problemas habitacionais no Brasil, aprofundando-se, em especial, nas condições de vida dos grupos sociais excluídos que residem em favelas, ocupações e cortiços. Os autores, também discutem como o espaço urbano e a produção habitacional, são utilizados como elementos de valorização através da crescente integração entre o mercado imobiliário e o capital financeiro, expondo o atual quadro da situação da sociedade brasileira capitalista, onde a terra é vista como mercadoria, ocasionando um intenso processo de segregação e fragmentação socioespacial, legitimando movimentos sociais que reivindicam o direito à habitação.

O método de pesquisa adotado foi o materialismo histórico-dialético de Karl Marx, uma vez que sua empregabilidade se mostrou pertinente por analisar, segundo Lima, et al (2014, p. 5), a “realidade de forma dinâmica e totalizante, onde os fatos sociais só podem ser entendidos considerando um conjunto de variáveis, e não de forma isolada, seja na política, economia, cultura etc.” Para Oliveira e Oliveira (2015, p 1) a utilização do materialismo histórico-dialético em estudos urbanos é imprescindível, pois “a realidade é descrita a partir de pressupostos baseados nas relações históricas e nos meios produtivos que interferem diretamente, na sociedade e como esta evolui”.

Nesse sentido, Silva relata que:

O método materialista histórico-dialético não é uma operação subjetiva, resultante de um conjunto normativo de procedimentos fixos abstratamente construídos, baseado numa teoria especulativa, que visa a perpetuação do modo de produção capitalista. Ao contrário, o método marxiano surge de uma determinação ontológica da realidade social sobre a consciência (SILVA, 2019, p. 50).

Deste modo, compreendemos que a construção do espaço urbano é produto social e histórico repleto de contradições que se espalham no cotidiano das cidades brasileiras, descortinando-se através da fragmentação espacial, dos processos de segregação e da marginalização dos sujeitos. Assim, quando utilizamos do método dialético nesse estudo, também fazemos uso do que Chagas (2011, p. 1) descreve como dual função do método, a “investigação e exposição” do objeto de estudo, “enquanto processo de apropriação e explicitação crítico-racional da imanência do próprio objeto pelo sujeito.” Em outras palavras, a investigação do objeto de estudo, se dá por meio da imersão do pesquisador na realidade desses sujeitos, a fim de captar detalhes das práticas cotidianas e do modo de vida dos indivíduos que integram as ocupações urbanas. A partir disso, e tendo como base o conhecimento adquirido, o pesquisador se apropria da investigação e a expõe de forma adequada, crítica e ética, efetivando assim a pesquisa.

Para isso, utilizamos da metodologia qualitativa, onde foram geradas informações por meio da técnica de pesquisa que consiste na observação de campo e na realização de entrevistas com os moradores da ocupação urbana Jardim São Francisco da cidade de Aquidauana-MS, privilegiando a fala dos sujeitos, para analisar de que e qual maneira as trajetórias sociais e espaciais dos moradores, influenciaram na atual condição de vida deles. Ainda, para a realização das entrevistas foi montado um roteiro semiestruturado com questões norteadoras. Ao todo entrevistamos 20 moradores, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Relação dos moradores entrevistados na ocupação irregular Jardim São Francisco II.

Entrevistado	Idade	Filhos	Ocupação	Genêro
Morador – 1	44	2	Serviços Gerais	Homem
Morador – 2	30	2	Do lar	Mulher
Morador – 3	35	3	Peão	Homem
Morador – 4	46	3	Eletricista	Homem
Morador – 5	35	5	Diarista	Mulher
Morador – 6	27	2	Serviços Gerais	Homem

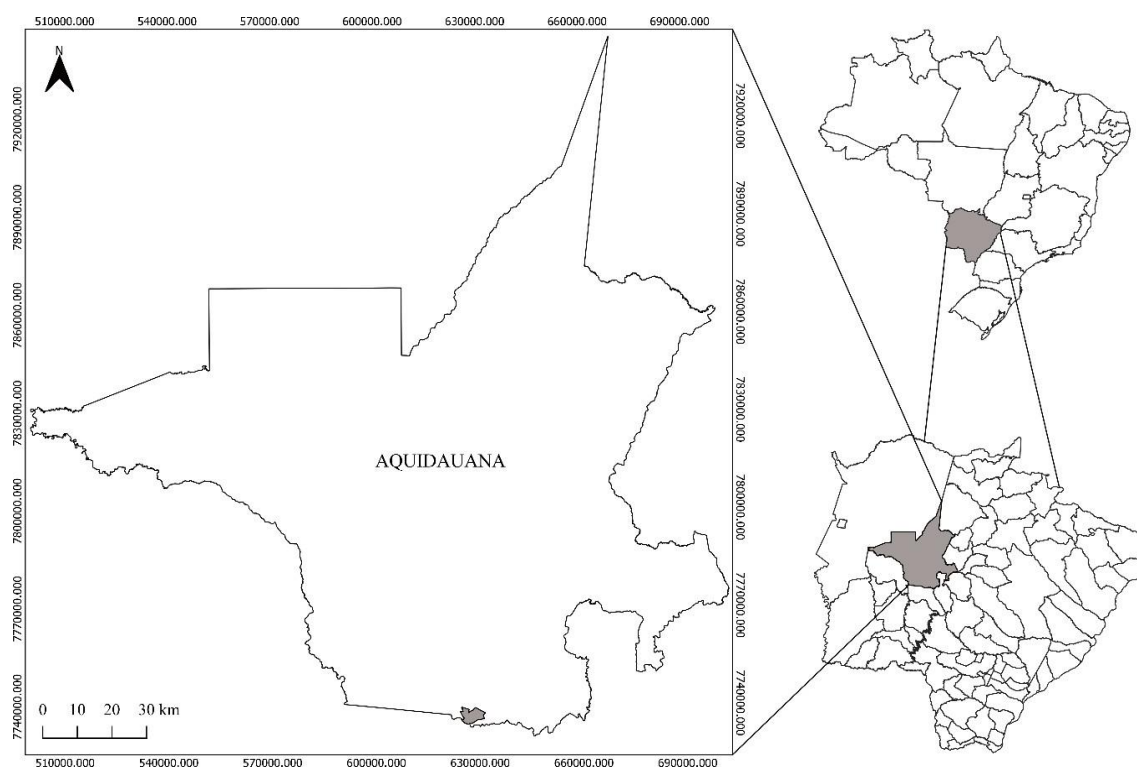
Morador – 7	27	3	Do lar	Mulher
Morador – 8	24	2	Diarista (do lar)	Mulher
Morador – 9	19	2	Diarista (do lar)	Mulher
Morador – 10	31	3	Caseira	Mulher
Morador – 11	24	2	Diarista (do lar)	Mulher
Morador – 12	43	2	Caixa	Mulher
Morador – 13	59	4	Pedreiro	Homem
Morador – 14	40	2	Vendedora	Mulher
Morador – 15	38	3	Pedreiro	Homem
Morador – 16	52	4	Do lar	Mulher
Morador – 17	57	3	Lavrador	Homem
Morador – 18	56	2	Do lar	Mulher
Morador – 19	32	3	Diarista	Mulher
Morador – 20	37	2	Catadora	Mulher

Fonte: O autor.

Como afirmamos anteriormente, por meio de entrevistas e observações em campo pretendemos desenvolver esta pesquisa, mediante a metodologia qualitativa, que segundo Milani (2019, p. 02 - 03) é a maneira na qual se extrai informações ricas e detalhadas do objeto de pesquisa. Observação, diário de campo e entrevistas foram as ferramentas de pesquisa utilizadas na geração das informações, pois são estratégias metodológicas que privilegiam as interações entre o pesquisador e o sujeito pesquisado. Ademais, as ferramentas de pesquisa propiciaram analisar o cotidiano da população de ocupação de forma a registrar os modos pelos quais os sujeitos percebem suas relações e as suas condições de existência naquele espaço e em relação à cidade.

Foi necessário traçar um roteiro para a utilização das ferramentas de pesquisa, que se dividiu em duas etapas de saídas de campo: a primeira consistiu na concomitância entre a observação, mapeamento e espacialização. Iniciamos esse processo mapeando o município de Aquidauana-MS e sua área urbana conforme apresenta-se na figura 1.

Figura 1 - Localização geográfica do município e área urbana de Aquidauana – MS.

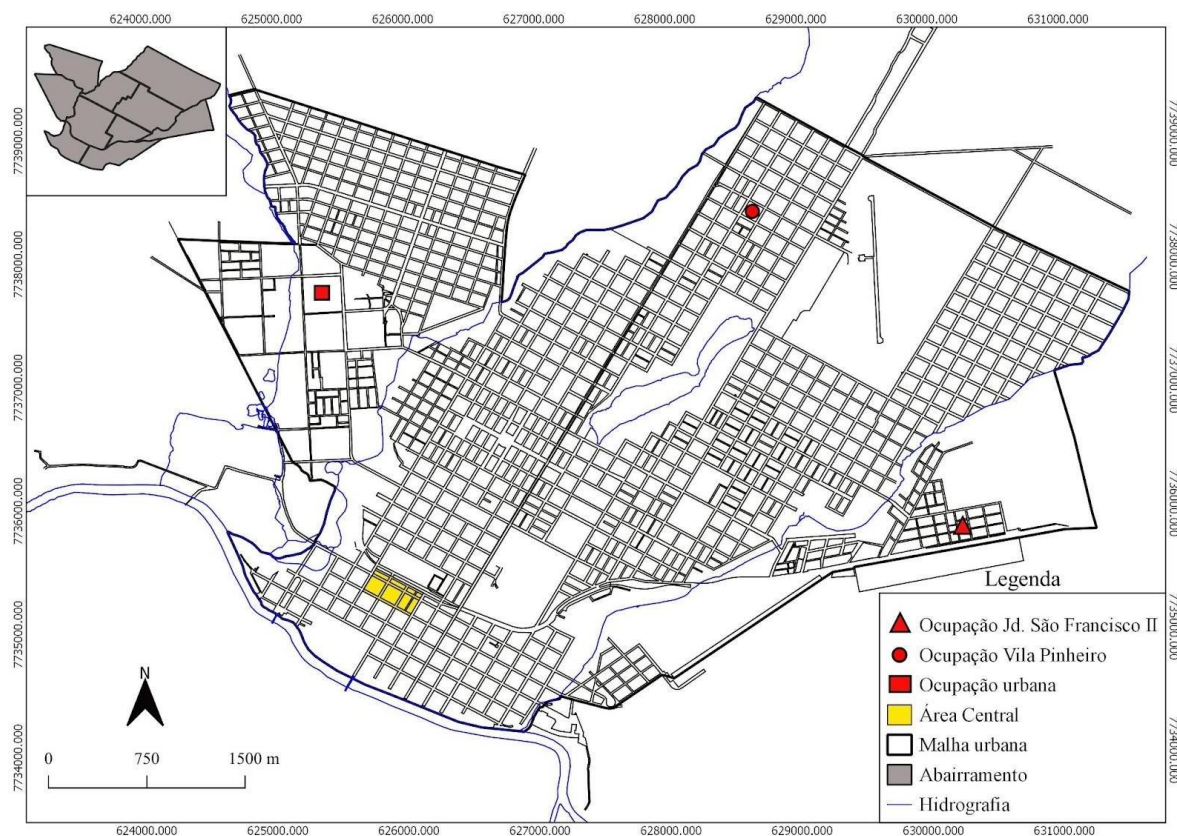


Fonte: IBGE, 2020. Elaborado pelo autor.

Visando um diagnóstico da organização do espaço urbano local, plotamos pontos com o GPS, a fim de se obter as localizações geográficas precisas, tanto da área de interesse, a ocupação urbana Jardim São Francisco II¹, como das outras áreas em situação de irregularidade de uso e ocupação na cidade (Figura 2).

¹ A ocupação irregular Jardim São Francisco II, objeto de análise deste estudo, está localizada no bairro São Francisco, dentro da área de delimitação que corresponde ao loteamento denominado como Jardim São Francisco I. Por este motivo, ao longo do texto iremos diferenciar um do outro.

Figura 2 - Espacialização das ocupações irregulares na área urbana de Aquidauana, MS.



Fonte: IBGE, 2021. Elaborado pelo autor.

Realizamos o mapeamento da localização de todas as ocupações urbanas existentes no período deste estudo, tendo como base Matias e Nascimento (2006, p. 321) que ao aplicarem o uso de geotecnologia no mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa - PR, identificaram que as ocupações irregulares se localizam, em sua maioria, em áreas impróprias à habitação, especialmente em áreas de proteção ambiental, sob risco de inundação e em locais interiores aos loteamentos, situações que a priori não encontramos em Aquidauana, uma vez que as ocupações se instalaram em terrenos planos, acessíveis e distantes da área de inundação do rio Aquidauana. Além disso, esse primeiro contato, também tem a finalidade de promover a familiarização do sujeito pesquisador com a área de estudo e os sujeitos pesquisados, propiciando um ambiente de confiabilidade no período subsequente que, neste caso, será a realização das entrevistas e roteiro semiestruturado.

Já na segunda etapa de saída a campo, aplicamos o roteiro de entrevistas, tendo como enfoque principal a fala dos sujeitos pesquisados. Ao privilegiar os discursos dos próprios sujeitos sobre as experiências vividas e suas práticas cotidianas através da entrevista, estabelecemos, enquanto pesquisadores, uma via de acesso que, a partir das

contribuições conceituais de Bourdieu (2007) permitiu a apreensão dos *habitus*² dos sujeitos sociais pesquisados.

Ao transcrever as entrevistas, priorizamos o uso dos conceitos utilizados cotidianamente pelos moradores. Souza (2013) afirma que a utilização de termos nativos se trata de uma estratégia para a apreensão do objeto pesquisado. O autor discorre sobre a importância de se compreender e conceituar os termos nativos, num sentido de compreender o cotidiano dos lugares e suas possibilidades, enquanto forma de compreender o lugar e as práticas desse lugar.

Para estimular a confiabilidade dos moradores no momento da concessão das entrevistas, explicamos a eles os objetivos deste estudo: o quanto importante é o trabalho de campo, tal qual a contribuição direta das entrevistas para a estruturação deste trabalho, principalmente sobre a trajetória de vida desses moradores. De antemão esclarecemos que não teremos detalhamento sobre toda a trajetória de vida das pessoas. Lindón (2008) afirma que ao se comunicar a experiência do vivido, esta é moldada pelas palavras, isso não quer dizer que em suas falas os entrevistados vão omitir questões relevantes das suas vivências e experiências socioespaciais. Pelo contrário, as suas narrativas foram arquitetadas a partir das experiências vividas no espaço atual de moradia e na recuperação de lembranças de suas trajetórias comunitárias e familiares.

Como dissemos anteriormente, a primeira saída a campo consistiu na observação, ambientalização e produção de mapas. As primeiras duas etapas deste processo, apesar de corresponderem apenas a introdução do pesquisador na área de estudo, alguns moradores foram abordados mesmo sem agendamento prévio. Ocorreu uma conversa informal a respeito do bairro, da ocupação e da pandemia de COVID-19, pois não tínhamos confeccionado o roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas de fato. Por este motivo, propusemos o agendamento para entrevistas futuras.

Retornando do campo, percebemos que seria inviável o agendamento das entrevistas, visto que os moradores teriam de disponibilizar um período específico do seu dia para concederem as entrevistas, algo que aparentemente não nos soava espontâneo, pois os moradores entrevistados iriam interromper os afazeres cotidianos, por exemplo, parar de lavar a roupa, parar de carpir, disponibilizar o horário de almoço ou descanso, entre outros. Neste caso, acreditamos que a melhor estratégia para alcançar resultados satisfatórios seria a

² É um conceito tido como um instrumento conceptual que auxilia na compreensão da homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos ou indivíduos produtos de um mesmo mundo social (BOURDIEU, 2007).

realização das entrevistas com roteiro semiestruturado, em meio ao dia a dia desses moradores, oportunizando falas que não foram ensaiadas, mas que imprimem a contundente trajetória de vida desses moradores.

Diferentemente de outros estudos que fizeram uso da metodologia qualitativa e adotaram um gravador e caderno de anotações como diário de campo, neste estudo, apesar de também termos utilizado um gravador, optamos por criar um grupo no aplicativo de conversas *whatsapp*, intitulado “diário de campo”, ao invés de um caderno de anotações. Ressaltamos que as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados, além disso, os moradores entrevistados não tiveram seus nomes expostos na pesquisa, sendo atribuído número a eles.

O grupo, no qual sou o único membro, exerce as mesmas funcionalidades de um caderno de campo, é como um diário, onde são registradas não apenas observações relativas às entrevistas, mas também sobre o desenvolvimento da pesquisa, por exemplo, quando e de que modo foram feitos os contatos iniciais; quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada; observações verbais e não verbais ocorridas no momento da entrevista; como correu a gravação; eventuais incidentes de percurso, e assim por diante (MEIHY, 2005, p.187). Ainda, o uso do grupo de *whatsapp*, além facilitar na organização das mensagens, registrando data e hora, também auxilia na rápida transcrição da cena, o que é de grande valia, pois a perda do contato visual com o entrevistado é reduzida.

Ocorreram registros fotográficos, visando registrar as estratégias e práticas utilizadas por esses sujeitos na garantia do bem-estar e qualidade de vida. Digo isso, no sentido de analisar de que modo se constrói a moradia, se foram utilizados restos de materiais de construção, lona plástica, papelão, entre outros; as condições no entorno da ocupação também é um elemento de análise visual, se houve a opção por um terreno amplo com possibilidade futura de água encanada e rede de luz elétrica; e quais as características das áreas por eles escolhidas, muito afastadas do centro da cidade, dos equipamentos públicos ou do local de trabalho desses sujeitos. A análise dos registros fotográficos mostraram que a luta por moradia não se dá apenas no contexto da casa, mas por um direito mais amplo, o direito à cidade.

Para a localização geográfica do município de Aquidauana - MS, foram utilizados quatro *shapefiles*: o primeiro, corresponde ao território brasileiro e as respectivas divisões políticas dos estados, obtido na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em destaque o estado de Mato Grosso do Sul; o segundo, refere-se ao estado de Mato Grosso do Sul e os 79 limites municipais, destacando o município de Aquidauana. Finalizando, extraiu-se o limite municipal de Aquidauana e, realizou-se a sobreposição com o último *shapefile*, que representa a delimitação urbana de Aquidauana.

Como dito anteriormente, para a espacialização das ocupações irregulares em Aquidauana, utilizou-se o GPS BHCnav a200 que teve por finalidade pontuar a localidade dessas ocupações irregulares dentro da cidade. Posteriormente, os pontos correspondentes as localizações das ocupações irregulares, foram descarregados no programa Nava GPS Office e transferido parao programa Quantum GIS versão 2.18, que é um Sistema de Informações Geográficas (SIG) de acesso gratuito, no formato de *shapefile*. Em seguida, foram sobrepostos os três *shapefile*: os pontos de localização das ocupações irregulares, coletados através do GPS; o da malha urbana do município, que corresponde ao novo abairramento da cidade, sancionado através daLei ordinária n. 2.610/2019, disponibilizado pela prefeitura municipal de Aquidauana e a Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (SANESUL); e o da hidrografia, afim de verificar a proximidade das ocupações urbanas com as áreas de inundação.

Ao termino de todo o processo os mapas foram recortados e finalizados através do compositor de impressão no programa Quantum GIS.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA LÓGICA CAPITALISTA.

3.1 Processo de produção do espaço urbano

Atualmente a Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico e o analisa em sua multiplicidade, considerando a interação entre o homem e o meio, e como produto dessa relação a produção do espaço geográfico. Mas, cabe aqui, entender e tentar uma aproximação sobre a produção do espaço geográfico bem como do urbano, por meio da discussão teórica e conceitual sobre os temas. Entretanto, acreditamos que estamos adaptados a simplesmente reproduzir discussões teóricas, inclusive uma forma de escrita, de forma naturalizada, mas porque não tentar questioná-las? Será que todas as análises que envolvem o espaço geográfico, se aplicam inquestionavelmente a toda e qualquer cidade? E a produção dos espaços urbanos se dá igualmente nas metrópoles e nas cidades médias e pequenas?

Nesse sentido, iniciamos a discussão com Santos (1978) que em sua obra, a produção do espaço geográfico é considerada como resultado conjunto das ações e relações sociais do passado e do presente. De fato, se sairmos da escala das grandes cidades, vindo até o recorte espacial deste estudo, conseguimos observar que em Aquidauana, mesmo que paulatinamente, se verifica a construção de novos imóveis em áreas da cidade onde há um crescente interesse imobiliário. Mas, também, observamos que ainda existem vestígios de seu passado, tanto nas ruas, quanto na arquitetura de imóveis dos bairros centrais; a ponte de madeira, denominada “ponte velha”, que liga as cidades de Aquidauana e Anastácio, também é outro marcante símbolo do passado que reflete o início do processo de formação da cidade.

Com o intuito de reforçar a reflexão de Santos (1978) tanto sobre o espaço geográfico, quanto às observações presentes na produção espacial da cidade de Aquidauana, apoiamos inicialmente em três autores com pensamentos concordantes a respeito da produção do espaço urbano.

O primeiro autor, Corrêa (1989, p.10), discorre sobre o espaço geográfico a partir da ótica de que este “é um produto social, resultante das ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”; Já a segunda autora, Spósito (2012, p.11), também considerou a abordagem de que o espaço é história, sendo assim, “a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes transformadas, destruídas, reconstruídas, ou seja, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”. O terceiro e último autor, Barros (2017, p. 23-63), além de afirmar que o espaço é a acumulação do tempo entretecido pelas heranças do passado-presente, ele também evidencia que “a Geografia é a ciência que desempenha o estudo das relações dos homens

entre si, mediadas pelo espaço e pelo meio material no qual eles vivem e o qual também produzem”.

A expressão utilizada por Barros (2017) “o meio material no qual eles vivem e o qual também produzem”, diz respeito às relações sociais existentes no contexto urbano que são arquitetadas pelos agentes sociais, que segundo Corrêa (1989, p. 12) “são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos”. Iremos retomar a discussão sobre os agentes sociais urbanos mais adiante, apesar disso, por hora, compreendemos que a ação conjunta dos quatro primeiros agentes, preteri diretamente as práticas e interações do último agente - grupos sociais excluídos - no âmbito do processo de produção do espaço urbano.

Sobre o papel ativo do espaço na promoção de novas práticas e interações humanas, Lefebvre (1991) esclareceu que a fenomenologia que envolve homem, espaço e a sociedade resulta de uma construção social baseada em três dimensões do espaço: o percebido, o concebido e o vivido. Ou seja, o espaço é produzido a partir da relação dialética entre as práticas espaciais (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaços de representação (espaço vivido). Em busca de uma relacionalidade a respeito do tema, Giannella et al, analisam que:

[...]em uma sociedade capitalista, os espaços são concebidos mental e materialmente tendo como objetivo central possibilitar a reprodução do capital. [...] Uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista, portanto, tem-se que o espaço é produzido e reproduzido pelas relações sociais de produção capitalistas e, ao mesmo tempo, as (re)produzem (GIANNELLA et al, 2019, p. 08 - 11).

Na visão de Secchi (2007, p. 118) “a articulação do ambiente urbano pode ser difuso, havendo concentração, reinvenção, modificação, densificação, produção de novos lugares de densidade, proximidade e de distanciamento”. Carlos (2013) corrobora com este pensamento e contribui de forma expressiva para este estudo ao tratar a dinâmica e o processo de produção do espaço, em especial o urbano, a partir de duas vertentes a do cidadão de um lado e do capital de outro, resultando em um produto histórico do Estado e da sociedade, herança do trabalho de gerações que tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o e tornando-o um produto cada vez mais distante do meio natural. A delimitação da participação de duas vertentes - cidadão e capital - na produção do espaço, é o que a diferencia dos demais autores que destacam que a produção do espaço urbano resulta das interações do passado com o presente.

A consideração de Carlos (2013) de que há participação de duas vertentes - cidadão e capital - na produção do espaço, se faz presente na cidade de Aquidauana - MS. Isso porque, ainda existe o predomínio significativo de áreas verdes dentro do seu contexto urbano, reforçando que a urbanidade acontece heterogeneamente nas cidades. Pressupomos que o expressivo volume dessas áreas verdes resulta das características geomorfológicas do bioma que a cidade está inserida, o Pantanal, o que coopera, por exemplo, na proeminência de terrenos com solos encharcados. Esses fatores além de inviabilizar e encarecer a produção de edificações nestes terrenos, eles também estagnam as rendas fundiárias futuras, resultando na desaceleração do processo de transformação social de seu entorno (intra-área) bem como nas transformações referentes ao ambiente construído da cidade como um todo (inter-área) (ABRAMO, 1989).

Souza (2013) aprofunda a reflexão sobre a produção do espaço geográfico e o urbano, ao evidenciar a primeira e segunda natureza utilizadas por Marx para designar a natureza natural, desprovida da presença do homem e a natureza antropizada, modificada pela ação do homem. Assim, observamos que há uma indissociabilidade entre as naturezas primária e secundária, ou melhor, entre o conceito de espaço social, que neste caso entendemos como aquele modificado pelo homem e que contribui no seu progresso, e o conceito de espaço geográfico.

Apesar de Maricato (2003, p.4) afirmar que a topografia do terreno, influencia diretamente na forma de ocupação do solo urbano, “especialmente a da população mais pobre, que corriqueiramente ocupam áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário; áreas de proteção ambiental; sob risco de inundação; suscetíveis a deslizamento de terra, entre outras”. Essas características não foram observadas nos terrenos onde se encontram a ocupação urbana Jardim São Francisco II, pelo contrário, a ocupação foi estabelecida em uma área plana, sem a proximidade de corpos hídricos e a 3 km da área central da cidade.

No intuito de cooperar com o raciocínio de Maricato (2003) incluímos ao texto Jaramillo (1982), pois o autor considera que no espaço urbano existem dois tipos de rendas urbanas primárias diferenciais, a primeira, é a localização, que segundo ele a localização diferencial dos terrenos pode significar custos de distinta magnitude para a produção de bens com um valor de uso comparável. Já a segunda, diz respeito a construtibilidade, termo que o autor utilizou para se referir a determinadas condições geomorfológicas diferenciadas dos terrenos, e aqui vamos utilizar o exemplo da declividade, que pode ser tida como um obstáculo, resultando em custos adicionais na produção de uma edificação. Por outro lado, esta condição pode ser encarada como diferenciação ou raridade, sobretudo quando se trata dos terrenos com diferença de altitude em cidades relativamente planas. Ainda, o autor define que é o contraste,

determinante, dada a raridade, do tipo de terreno por um lado, e das dificuldades de engenharia, por outro, que estabelece a diferenciabilidade do território na constituição diferencial da renda.

De modo semelhante Rodrigues (2014) concorda que a localização diferencial determina distintos valores aos terrenos, mesmo possuindo dimensões e características topográficas similares uns aos outros. Mas, também considera que a produção social da cidade é um fator determinante no uso e ocupação do solo urbano. Assim, consideramos com base nas reflexões de sua obra que as amenidades socioespaciais presentes no espaço urbano, são utilizadas pelo mercado imobiliário como estratégias que implicam diretamente nas diferentes formas de urbanização residencial (status ou popular), isso porque, são as amenidades naturais ou socialmente construídas que agregam a terra urbana renda diferencial ou não.

Além da renda urbana primária diferencial, Jaramillo (1982) também destaca a existência da renda urbana secundária, onde ambas possuem distinção analítica decorrente do: processo de consumo do espaço construído da relação com a atividade comercial; da segregação socioespacial na cidade; custos para a apropriação e consumo habitacional; e da delimitação de zonas industriais. Para o nosso trabalho vão importar, em relação a discussão de dados empíricos da pesquisa, a segregação socioespacial urbana e os encargos necessários para a apropriação e consumo habitacional na cidade, porque são esses processos que têm ligação com o universo abordado, ou seja, com a vivência e a luta cotidiana dos sujeitos (moradores das ocupações) no direito à moradia e a cidade.

É de conhecimento que um dos precursores no estudo da renda diferencial foi Marx, analisando a partir da produção agrícola e das minas. Outros autores, a partir de Marx, procuraram discutir o conceito de renda diferencial da terra urbana tal como da terra agrícola. Dentre eles, destacamos Topalov (1984) que apesar de utilizar outra nomenclatura, ele também ressalta a existência das duas rendas concernentes à terra urbana, tal como Jaramillo (1982). A primeira é a renda diferencial (capital social) que depende das condições particulares do terreno, já a segunda, ele nomeou de renda diferencial II (capital privado) que depende do montante de capital investido.

Portanto, apesar do fetiche lucrativo implícito ao solo urbano, ele não pode ser visto apenas como uma reserva de valor, ele é um ativo que reflete, na sua expressão mercantil, as alterações no ambiente construído ao longo do tempo, obtendo uma nova valorização locacional, o que resulta em uma nova reorganização dentro dos limites urbanos. A autora Rodrigues (2014), inicia essa discussão a partir da perspectiva de que embora o solo urbano seja de caráter não reprodutível, ele é uma mercadoria para o modo de produção capitalista, todavia sem valor, cujo preço é definido pela produção social. O ganho de valorização real do

solo urbano é uma função dos processos de mudança no ambiente construído, e essa mercadoria, a terra urbana, tem um preço que é definido diferencialmente pela localização dos terrenos dentro das cidades e suas tipologias, dificultando ainda mais que determinadas classes sociais adquiram sua moradia.

O enredo da espacialidade urbana capitalista é narrado a partir da “dialética da ação planejadora do Estado e de seu confronto com os movimentos sociais urbanos, lógicas e interesses que se chocam, produzindo no conflito, a estrutura urbana” (ABRAMO, 1989, p. 47). Neste sentido, anteriormente, falamos sobre renda urbana diferencial que se divide entre primária e secundária, uma das características básicas de produção e apropriação da renda do solo urbano, mas antes de finalizar esta seção, trazemos Oliveira que destacou mais duas rendas urbanas, a absoluta e de monopólio:

[...] a renda absoluta, formada por caráter capitalista da propriedade privada e apropriada pelos proprietários das parcelas do solo; [...] a renda de monopólio, que é manifesta mais pela capacidade de consumo do solo urbano e pela atuação localizada de setores do Estado (que também vai influenciar na formação da renda diferencial) formando áreas de segregação social (OLIVEIRA, 1984, p. 94 - 95).

Acreditamos pertinente a observação de que ao ressaltarmos dentro do texto autores com semelhança no posicionamento teórico, o intuito não é proporcionar uma leitura cansativa, mas sim, trazer à luz a similaridade nas dificuldades enfrentadas pelos estudiosos urbanos, uma vez que diferentemente da cidade que está sendo estudada, os problemas urbanos encontrados no desenrolar da pesquisa se mostram análogos. O fato é que na moderna política urbana, tais problemas, ou podemos chamar de obstáculos urbanos-sociais, tendem a ocorrer, sobretudo no cotidiano da população mais pobre, no qual a proximidade territorial e adistância social causados pelo preço da terra são reforçadas pelo modelo de organização espacial presente nas grandes cidades e não obstante aflorando em pequenas e médias cidades, como temos observado em Aquidauana.

3.2 A produção do espaço urbana em Aquidauana

Antes de iniciarmos esta seção, pedimos licença para explicarmos que nosso principal objetivo aqui não é destrinchar sobre o processo de criação e formação de Aquidauana, mas destacar as principais etapas que contribuíram para o processo de urbanização da cidade (quadro 2).

Quadro 2 - Periodização da produção espacial em Aquidauana - MS (1890-1970).

Ano	Acontecimentos
1890	Criação do porto fluvial Fundação do povoado Criação da primeira escola pública Criação da Agência dos Correios Criação do Distrito Policial Inauguração do telégrafo Nacional
1900	Fundadas a primeira farmácia e livraria Institucionalizado como município Aquidauana se constitui como Comarca Inauguração da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB)
1920	Aquidauana é elevada à categoria de cidade Início da distribuição de energia elétrica, ruas pavimentadas com lajotas de concreto e além da rede de energia, também havia a disponibilidade das redes de água, esgoto e telefonia
1930	Primeiro loteamento urbano (Centro da cidade e bairro Guanandy) Construção do Hospital da cidade
1940	Inauguração do cinema, Cine Glória Instalação do exército brasileiro
1950	Aquidauana recebe o título de centro regional Fundação do Aeroclube Criação da Rádio Difusora Criada a Empresa Telefônica Aquidauanense Ltda
1960	Criação do primeiro conjunto habitacional Princesa do Sul
1970	Pavimentação da BR – 262 Criação do Centro Pedagógico de Aquidauana, o CPA Criação do Centro de Educação Rural, o CERA

Fonte: Adaptado de JOIA (2005). Elaborado pelo autor.

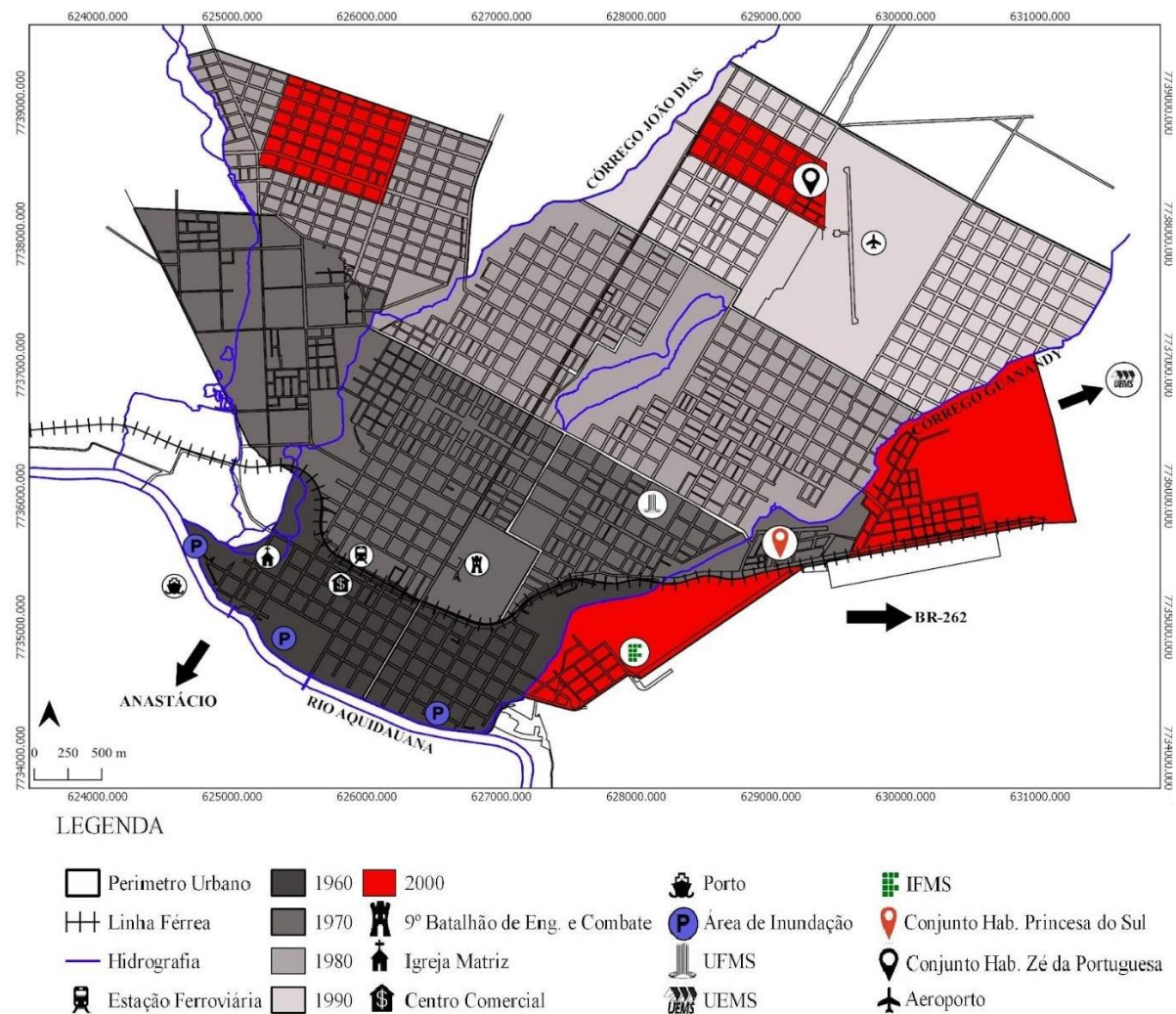
A análise cronológica apresentada no quadro - 2, onde destacamos alguns elementos que cooperaram ao longo dos anos na produção do espaço e no processo de urbanização da cidade, auxiliam na compreensão dos fatores que motivaram sua ocupação territorial. Uma vez que, Aquidauana, juntamente com Miranda e Corumbá, foi e ainda é, um dos elementos importantes na urbanização do Pantanal Mato Grossense e Sul Mato Grossense, além de ser um dos principais responsáveis pela ocupação humana e desenvolvimento de toda a região (NEVES, 1974).

Nesse sentido, a cidade se tornou um importante centro de abastecimento da região sul do Estado, o trem possibilitou o transporte de passageiros e a inserção de novos produtos e mercadorias oriundas de outras regiões do país, desta forma estimulando o crescimento econômico do município e mostrando seu papel de relevância na prestação de serviços e na intercambialidade cultural com a rede urbana da época.

A cidade cresceu consideravelmente devido a implantação da estação ferroviária, e o setor imobiliário também se beneficiou com a expansão urbana, dado as circunstâncias do acentuado fluxo migratório, oriundo principalmente das regiões circunvizinhas, seguido dos nordestinos e europeus (destacando-se os italianos), cuja influência na cultura são visíveis nos tipos de habitações, ainda existentes (RUSSI, 1975).

Para compreender o processo de expansão dos bairros de Aquidauana e consequentemente sua produção espacial urbana, criamos a Figura 3, que apresenta um degradê de cores, cujas cores mais escuras (cinza) representam as ocupações mais antigas e as mais claras as mais recentes. Ainda buscando apresentar um contraste mais evidente, sinaliza-se em vermelho os loteamentos iniciados após os anos 2000, os quais são nosso objeto de estudo (Figura 3).

Figura 3 - Análise temporal da produção do espaço urbano de Aquidauana - MS.



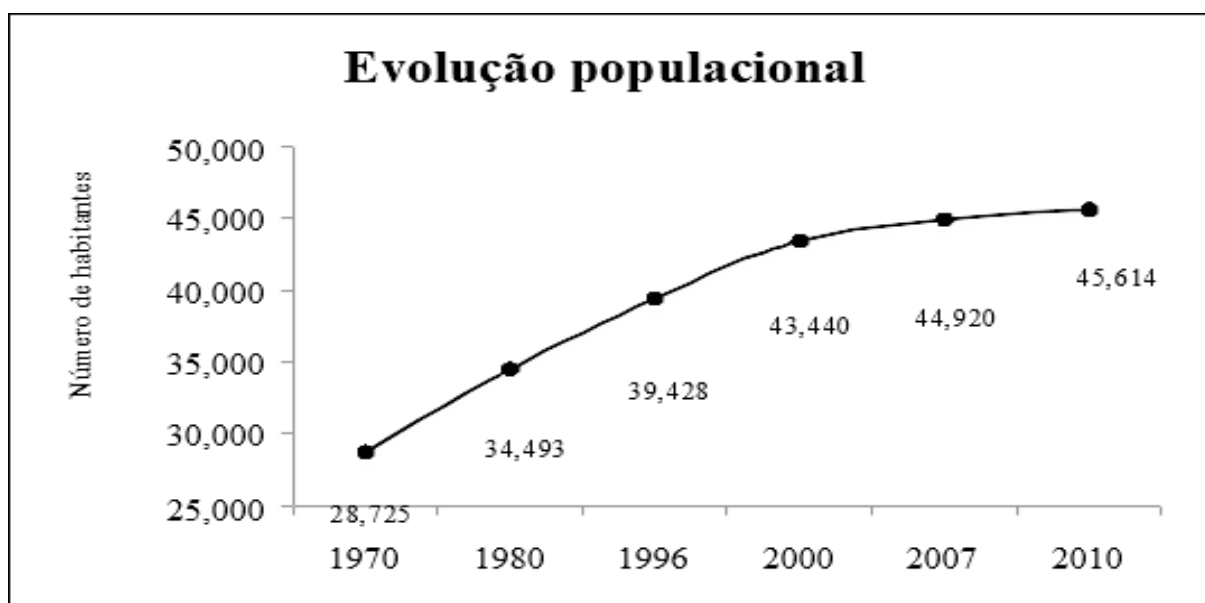
Fonte: Adaptado de JOIA (2005). Elaborado pelo autor.

Com o aumento da população decorrente da instalação da ferrovia, houve a necessidade de se produzir novas residências, tanto aos trabalhadores ferroviários, quanto a criação de loteamentos urbanos para o restante da população. Ainda em Joia (2005), o primeiro registro de loteamento urbano, data de 1930, no qual, a expansão urbana seguiu entre o rio Aquidauana, os córregos João Dias e Guanandy, além dos trilhos e a estação ferroviária.

O crescimento da cidade se alonga em direção aos trilhos, que aparentemente são utilizados como limítrofes da expansão urbana. Nesse ensejo e visando uma melhor localização dentro da área urbana e sem a influência das inundações periódicas do rio Aquidauana, o centro comercial que antes se localizava próximo a Igreja Matriz, acompanhou o crescimento urbano para além das margens do rio e, também se transferiu para as proximidades da estação ferroviária (NEVES, 2007).

Com o passar dos anos a cidade continuou a se desenvolver, e em 1950, além de ser considerada uma das principais cidades do estado, ganhou o título de centro regional, pois já se contabilizava 7.472 habitantes (CARDOSO, 1989). A partir da década de 1970, com a conclusão da pavimentação da BR - 262, os fluxos migratórios se intensificaram ainda mais, como é possível observar na (Figura 4).

Figura 4 - Evolução populacional do município de Aquidauana –MS (1970-2010).



Fonte: Adaptado de BATISTA; FARIAS (2017).

Interpretando os dados do gráfico 1, observamos o início de um processo estagnante à cidade (do ponto de vista populacional), visto que, apesar da BR - 262 propiciar uma fase de ascensão populacional no período de 1970 a 2000, com crescimento de 38,4%, ela também o

coloca em dificuldades. No período de 2000 a 2010 Aquidauana vivencia um período de estagnação populacional, com 4,7%, bem menor que o período anterior, consequência da descentralização econômica e regional de Aquidauana, decorrente da acessibilidade proporcionada entre Campo Grande e a região pantaneira. Salientamos que as questões atreladas a fundação e o processo de urbanização da cidade, contribuem para entendermos como se dá a relação social que configura o processo de produção desigual da atual cidade capitalista (NEVES, 2007).

As formas de moradia na cidade mostram a presença principalmente da produção e locação conduzida pelo setor privado, reunindo incorporadores imobiliários e a construção civil. A atuação desse agente ocorre, sobretudo, nos bairros onde se iniciou a concentração urbana da cidade (Centro, Guanandy e Bairro Alto) e com o passar dos anos se estendeu ao Bairro da Serraria e a Vila Bancária (visualizadas na Figura 3 nas duas tonalidades de cinza mais escuro). Em atuação mais recente, após a instalação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), a Vila Ycarai também teve uma expansão do tecido urbano (destacado em vermelho, ao sul na figura 3).

Apesar da crescente demanda na produção e locação de moradias pelo setor privado, de acordo com o banco de dados da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo de Aquidauana-MS, o Estado, importante agente produtor do espaço urbano, vem produzindo moradias de interesse social desde a década de 1970, a partir da construção do conjunto habitacional Princesa do Sul, composto de 156 unidades habitacionais, criado pela Companhia de Habitação de Mato Grosso (COHAB-MT). Em 1990, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) também atuou na produção de 590 moradias sociais, com a criação dos conjuntos habitacionais João de Barro e o Ovídio Costa I, II e III. A partir dos anos 2000, os órgãos de habitação citados anteriormente foram extintos, e a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS) passou a atuar na construção de conjuntos habitacionais em Aquidauana, conforme o quadro 3.

Quadro 3 - Conjuntos habitacionais da cidade de Aquidauana – MS.

Conjunto Habitacional	Unidades Habitacionais	Entrega	Recurso	Agente
Nova Aquidauana - CHEGORAMI	70	01/03/2002	FIS	AGEHAB
Elidio Teles de Oliveira	48	12/03/2004	FIS	AGEHAB
Augusto Alves Correa Filho (MORAR FELIZ)	15	19/03/2005	FIS	AGEHAB
Arara Azul	25	28/07/2006	FIS	AGEHAB

José Rodrigues Soares	35	16/04/2009	FNHIS	AGEHAB
Quadra 647	10	16/04/2009	PSH 2008	AGEHAB
Quadra 487B	13	16/04/2009	PSH 2008	AGEHAB
Aquidauana Remoção	05	22/02/2010	PSH 2008	AGEHAB
Nova Aquidauana I	100	15/08/2010	PSH 2008	AGEHAB
Nova Aquidauana II	40	14/02/2011	PSH 2009	AGEHAB
Nova Aquidauana III	50	01/07/2011	PSH 2010	AGEHAB
Nova Aquidauana (SUB-50) São José	50	12/08/2014	PMCMV 2012 SUB 50	AGEHAB
Jardim Aeroporto (atual Zé da Portuguesa)	189	19/12/2015	PAC 2 PMCMV OGU	AGEHAB

Fonte: Adaptado do banco de dados de habitação da Secretaria de planejamento, habitação e urbanismo, 2022.

A construção de conjuntos habitacionais visando o direito à moradia para a população de baixa renda, objetiva-se, sobretudo, no combate ao déficit habitacional. Além disso, Lima (2011), afirma que a habitação possibilita às pessoas e aos grupos sociais desenvolverem suas capacidades, realizarem escolhas e inserirem-se de forma ativa no meio social em que vivem. Mas, o descompasso entre moradia e gente sem moradia, é um fato, e tem se agravado mais nos últimos anos devido à crise econômica, o desemprego, o retorno da inflação e a Pandemia de Covid-19. Apesar do quantitativo significativo de unidades habitacionais na cidade de Aquidauana exposto no quadro 2, nem todas as famílias que se enquadram no perfil de seleção são contempladas com uma moradia.

Consideramos pertinente que a desinformação dessas famílias em relação aos critérios de seleção das unidades habitacionais, pode vir a ser um dos motivos pela baixa procura ao cadastro na Secretaria de Habitação de Aquidauana. Tendo em vista que, os moradores entrevistados se enquadram nos critérios nacionais e estaduais de priorização e seleção das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por exemplo. A Agência de Habitação Popular do estado de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), estabelece que os critérios são:

Conforme Portaria n. 163, de 06 de março de 2016 e Decreto nº 14.362 de 28 de dezembro de 2015.

Famílias com renda familiar de até R\$ 1.800,00

I - COTAS RESERVAS

1. Mínimo de 5% das unidades habitacionais destinadas a pessoas idosas;

2. Mínimo de 10% das unidades habitacionais para pessoas com deficiência ou à família de que façam parte pessoas com deficiência.

II – CRITÉRIOS NACIONAIS

1. Famílias residentes em áreas de risco ou insalubre ou e tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público;
2. Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração;
3. Famílias de que façam parte pessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico.

III – CRITÉRIOS ESTADUAIS

1. Famílias com filho (s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação;
2. Famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por criança e adolescente), comprovado por documento de filiação e documento oficial que comprove a guarda;
3. Famílias de que faça parte pessoa com doença crônica e incapacidade para o trabalho, comprovado por laudo médico.

3.3 O direito à cidade e a luta por moradia

Acreditamos que o direito à cidade é um direito humano e coletivo. Assim, aprofundaremos nessa seção, a discussão da cidade como sendo espaço de socialização, de compartilhamento, de comunicação, local da construção conjunta pelos sujeitos que nela habitam, contudo, consumida por poucos. Para isso, nos amparamos em autores substanciais, iniciando com Lefebvre (1991) que define o direito à cidade como um direito de não exclusão da sociedade das qualidades e benefícios da vida urbana, compreendendo a como um local de produção coletiva em que todos deveriam ter acesso aos bens e participar nas decisões sobre a produção do espaço em que habitam. Secchi (2007), ilustra que a cidade se configura como um espaço heterogêneo socialmente produzido, onde se sobrepõem práticas diferentemente tematizadas e com diferentes temporalidades que se materializam no espaço. Miranda e Blanch (2014) também consideram que a cidade se configura como um poderoso instrumento educativo de socialização democrática a diversos grupos, por ser dotada de grande pluralidade cultural, múltiplas alteridades, participação social e de aprendizagens significativas.

Nesse segmento, Pesavento (1995) descreve a cidade como acúmulo de bens culturais e uma rede de significados socialmente estabelecidos. Mas, precisamos ir além na descrição das diferenças estabelecidas dentro das cidades. Para isso, trazemos ao texto a contribuição de Moura (2006, p. 39-41), a autora relata que a “cidade não é um simulacro no qual se vende a ideia de que todos podemos ser felizes, integrados, adaptados cumprindo seus papéis determinados, sem imprevistos”. Esse cenário artificial que aprisiona e sintetiza a realidade da cidade, não existe, ou melhor, nunca existiu. Pelo contrário, o arranjo do espaço urbano engloba, principalmente, a sociabilidade fragmentada de seus agentes. Ainda, segundo a autora, não seria benéfico esse modo de vida “romantizado”, pois constrói uma sociedade

composta de indivíduos “despolitizados do significado de cidadania e de seu papel político enquanto agente da produção do espaço”.

Digo isso, pois, habitualmente ocorre uma socialização por blocos, no nicho de seus iguais, onde se partilham de um conjunto de práticas sociais ou uma construção cultural semiótica que incite pertencimento e identidade homogênea aos sujeitos (SMART, 1999). Ações como estas, vão de encontro ao processo de socialização primária e secundária descrito por Savoia (1989, p.54), de acordo com a autora, este processo introduz o indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade, “no qual intervêm fatores inatos, aquilo que herdamos geneticamente dos nossos familiares e fatores adquiridos, aqueles que provêm da natureza social e cultural”. Ressaltamos que nesse estudo não nos aprofundaremos a respeito das fases que compõem o processo de socialização no decorrer da vida de um indivíduo. Mas, frisamos que discutiremos de forma breve sobre socialização das classes sociais dentro do espaço urbano.

Na realidade, as relações estabelecidas dentro da cidade capitalista, advém segundo Souza (2016) por intermédio da manifestação dos interesses e necessidades que grupos sociais essencialmente antagônicos entre si, exercem uns sobre os outros. Assim, entendemos que a produção do espaço urbano, ou da cidade, é consequência da busca pela satisfação dos desejos e interesses dos seus cidadãos em diferentes tempos e circunstâncias. Considerando, portanto, o significado semântico de interesse conforme argumentado por Nunes (2010), ou seja:

[...] É o sentimento que nos leva a procurar aquilo que é necessário, agradável, aquilo que nos é útil, que nos importa [...] a força motriz do indivíduo e da sociedade é o interesse. Por ele, proclamam-se convicções e opiniões. Por ele, luta-se. Sua natureza, então, denota consequências sociais, expurga ou atrai malefícios [...] nosso interesse pode ser por um bem imóvel, móvel, ou espiritual, não corpóreo, como a vida, a liberdade, e a honra. Devidamente interessado por um bem, o indivíduo luta pelo direito a este. [...] Compartilhando bens com outros homens, os interesses de cada um dos indivíduos serão reavaliados, tomando outra dimensão. Desta forma, contextualizam-se o eu e os demais, fazendo surgir necessidades que serão presentes e mutáveis. A mutabilidade se exprime em razão da alteração da posição social do indivíduo e do caráter central da sociedade a que pertence, com os seus valores materiais e morais (NUNES, 2010, p. 2-4).

A posição ou o papel social que adquirimos nas nossas experiências e relações, é o que irá designar o modelo de comportamento que caracteriza nosso lugar na sociedade. Estes papéis, de acordo com Savóia (1989), assumem um caráter de objetividade e subjetividade, que por sua vez, configuram-se como um processo dialético de desenvolvimento da configuração social,

de interesse tanto individual, quanto coletivo. Visto que, o desempenhada posição ou papel social adquirido, que nunca é solitário, é capaz de promover transformações na história da sociedade.

Por este motivo, os indivíduos que assumem o encargo de líderes de movimentos sociais, que reivindicam a democracia urbana para o acesso à moradia, enfrentam não só os desafios intrínsecos ao movimento, tais como as lutas e reivindicações sociais, no que tange a legalização da moradia e a infraestrutura urbana do espaço ocupado. Mas, também enfrentam questões externas, que se sucedem a partir de uma esfera coletiva, onde os sujeitos que constituem as ocupações carregam o estigma da “demonização” e o atravessamento da identidade social e consciência de si mesmo, adquiridos, a partir das relações sociais.

Esses indivíduos, de acordo com Chauí (1989, p.57) portam a imagem “da suspeita, da culpa e da incriminação permanente”. Pois, o preconceito criado pela sociedade com essa população, parte, segundo Moura (2006, p.46) do “processo de apropriação e uso do espaço, onde a exclusão e segregação são naturalizadas”. Deste modo, Pechman (2003, p.72) afirma que tais situações rompem com a condição da cidade tida como lugar de hospitalidade, encontro e convivência, se convertendo no lugar do enfrentamento e da defesa contra o outro. Apesar do esquecimento da sociedade e da criminalização desses sujeitos, movimentos de caráter social, que visam políticas públicas voltadas principalmente ao direito à moradia digna, são efetivados, criando identidades coletivas da população mais pobre em torno de reivindicações e de lutas singulares.

Nesse sentido, surge no Brasil, no ano de 1990, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) que atua basicamente com famílias sem-teto de todo o país, que vivenciam a ação predatória da especulação fundiária e imobiliária. Movimentos sociais como o MNLN, não reivindicam apenas o direito à moradia digna, mas, também lutam por uma reforma urbana que atenda aos interesses e às reivindicações legítimas dessas populações (MIRANDA, 2005, p. 15).

A criação do MNLN, impulsionou a mobilização de movimentos e entidades sociais, de caráter plural e multifacetados a nível nacional, na busca da construção de novos paradigmas nas políticas urbanas e habitacionais (BONDUKI, 2018. p.82). Por exemplo, no ano de 2007, o Movimento Popular por Moradia no estado do Paraná (MPM/PR), criou, juntamente com outros movimentos que atuam em vários estados do Brasil, a Resistência Urbana, uma frente nacional de movimentos populares de luta por reforma urbana e direitos dos trabalhadores nas cidades (MPM, 2014). Os movimentos sociais urbanos são constituídos por famílias de trabalhadores

que lutam pelo direito à moradia digna, à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica e a muitas outras necessidades (MTST, 2017).

Há anos que no estado do Mato Grosso do Sul – MS, ações dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia vem sendo noticiadas. No ano de 2009, a Prefeitura de Corumbá-MS, assegurou 135 lotes para construção de casas às famílias cadastradas pelo Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, residentes na região do Loteamento Pantanal. De acordo com a coordenadora nacional do MNLM Edymar Fernandes Cintra, “este cenário representa um avanço significativo para o combate ao déficit habitacional, que é grande aqui em Corumbá” (CORUMBÁ, 2009). Já em 2016, o MNLM se reuniu em Campo Grande - MS, com a Secretaria de Estado de Habitação e das cidades (SEHAC), a fim de estabelecer novas parcerias na construção de 149 unidades habitacionais populares, das quais 75 destas casas seriam construídas na cidade de Aquidauana (AMAMBAI, 2016). No mesmo ano, na cidade de Três Lagoas - MS, o programa Lote Urbanizado, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, iniciou a construção de 146 casas populares, no Jardim das Primaveras, em uma área ocupada há mais dez anos por famílias vivendo em situação precária (RÁDIOCAÇULA, 2016).

Parcerias que viabilizam a construção de casas envolvendo o Estado e os movimentos sociais, se arrastam por longos períodos até se consolidarem de fato, e por vezes, a exaustiva espera e a incerteza de um lar, geram episódios hostis entre as famílias das ocupações e o poder público, tal qual o ocorrido na cidade de Três Lagoas no ano de 2020. De acordo com a Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), cerca de 60 famílias sem moradia ocuparam uma área da Prefeitura, na Vila Verde, com a intenção de ali fixarem suas casas. Contudo, horas depois, sem mandado de reintegração de posse, funcionários da Prefeitura juntamente com a polícia militar, agiram com truculência, derrubaram os barracos e destruíram o pouco que as famílias possuíam. Situações como essa fazem parte do cotidiano dos sujeitos que lutam por moradia, Santos (2014, p. 63) salienta que ocupações urbanas “são os meios e ações que as camadas populares encontram para obtenção da terra, habitação e bens de consumo coletivos”.

Apesar da ocupação desordenada ser considerada o “pontapé” inicial para os processos de favelização e periferização dos espaços urbanos, cabe compreendê-los também como forma de produção do espaço, pois são frutos das relações sociais (SILVA; VEIGA, 2019). Digo isso, pois, os primeiros movimentos sociais de luta por moradia, foram considerados como invasões, mas, segundo Maricato (1999, p.2) foi fundamental para o processo de urbanização do país. Entretanto, a autora também destaca que esses mesmos movimentos sociais rejeitam esse termo, pois consideram ofensivo, e atualmente adotam o termo “ocupação”, por refletir melhor as ações individuais e familiares organizadas dentro do espaço ocupado.

3.4 A produção da habitação e da cidade

A utópica cidade contemporânea é aquela que dialoga, convive, se relaciona e interage, onde a transversalidade dos sujeitos pertencentes a "mundos distintos" dentro de uma organização maior, chamada sociedade, desse certo. Mas, o espaço urbano capitalista, é descrito por Botelho (2007) como “condição geral da existência e reprodução da sociedade”, sendo integrante central das contradições, conflitos e ações de diferentes agentes, que congregam interesses, estratégias e práticas espaciais históricas que se materializam no espaço. Para Corrêa (2012, p.44) estes agentes se encontram inseridos em um contexto temporal e socioespacial, e transmitem as necessidades e possibilidades sociais existentes nesse contexto, e dessa forma, materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído.

Consideramos apropriado nortear a análise da produção da cidade a partir das ações que os agentes exercem ao produzi-la. O Estado como principal agente produtor do espaço urbano, inicia nossa análise, Corrêa afirma que o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano:

(a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras; (b) regulamentação no uso do solo; (c) controle e limitação dos preços de terras; (d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; (f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; (g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infraestrutura; (i) organização de mecanismos de créditos à habitação; e (j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material (1989, p. 25).

A complexidade de atuação do Estado, ocorre devido às competências empregadas a ele, das quais também se destaca as relações diretas e indiretas que ele estabelece com os demais agentes de produção. Neste sentido, ressaltamos o interesse mútuo do Estado e dos proprietários fundiários na expansão do tecido urbano por meio da conversão da terra rural em urbana. Visando a rentabilidade dessas terras, os proprietários fundiários junto ao Estado, pressionam a instância municipal para que ocorra investimento público em infraestrutura nas novas áreas destinadas à urbanização. Contudo, de acordo com Lefebvre (1999, p.164), a narrativa desses agentes em relação ao desenvolvimento da cidade, representa uma máscara de interesses dissimulados, uma estratégia que resulta em um elaborado espaço político e

fragmentado.

Consta a presença dos proprietários fundiários já no período de formação do povoado do Alto Aquidauana, fazendeiros da região de Miranda viram a necessidade de se fundar um novo povoado junto ao rio Aquidauana, que por sua vez detinha suscetibilidade à navegação e um espaço amplo de terras. Essas características possibilitaram a instalação de um entreposto comercial, proporcionando o escoamento de pessoas e mercadorias vindas da região de Miranda, pelo rio até o entreposto, e de lá seguiam por terra ao então povoado de Campo Grande. De tal modo, a instalação do entreposto findou com o isolamento e as dificuldades de transações comerciais existentes na região Pantaneira, ambos ocasionados pelas sucessivas enchentes do bioma Pantanal (NEVES, 2007).

Estamos falando sobre a atuação de agentes que produzem a cidade capitalista, mesmo naquele período, onde a terra já era vista como mercadoria possuidora de um duplo caráter: valor de uso e valor de troca. Carcanholo (1998) com base na teoria de Marx em relação a categoria do valor de uso, define mercadoria como uma unidade constituída de duas propriedades materiais ao mesmo tempo: a de satisfazer o homem (uso), produzindo riqueza de forma direta ou indireta, e a de ser trocada por outras mercadorias, ou seja, de comprar outras mercadorias (troca).

No âmbito das cidades, partimos da concepção de que a terra urbana traz por conteúdo uma produção socializada e histórica, porém sua apropriação é privada e fundada no processo de trabalho, assumindo, condição de mercadoria no contexto do modo de produção capitalista, e respectivamente, sendo fonte de valor de troca e uso (CARLOS, 2018, p. 418-419).

Nesse sentido, a terra urbana pode ser considerada um campo aberto à circulação do capital financeiro. Com base nisso, Carlos (2011, p. 92-99) atribui que sua apropriação, permite não só a realização do valor de um fragmento, mas também a apropriação do conjunto do trabalho que se sintetiza na produção da cidade. Ainda, a autora destaca que “o solo urbano, sob a determinação da produção, permite a realização do valor, quando disposto por seu proprietário no mercado imobiliário para compra ou aluguel”.

De modo amplo o valor de uso e o valor de troca se alicerçam no consumo, e ao consumir um determinado conteúdo, a este se agrega valor. Rita Von Hunty, *drag queen* interpretada por Guilherme Terreri Lima Pereira, professor de Literatura formado pela Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2021 em uma entrevista sobre o tema³ exemplificou didaticamente

³ **Consumo.** GNT, 5 de ago. 2021. Podcast. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kpMNR>. Acesso em 15 de set. 2021

sobre quem consome e quem constrói a cidade, trazendo a debate a conflituosa relação dos agentes detentores do capital e os grupos sociais excluídos.

A palestrante elucida essa relação, a partir da construção de um condomínio de luxuosas torres de apartamentos de 300 m², onde a força de trabalho empregada nesses empreendimentos, recai, principalmente, nos sujeitos marginalizados socialmente. Em outras palavras, os trabalhadores contratados para a construção do empreendimento de luxo, em sua maioria residem na periferia em moradias precárias, onde há pouca ou nenhuma infraestrutura básica, outra questão, é que eles também possuem pouca ou nenhuma qualificação profissional, fatores que os incitam a aceitar um vínculo empregatício com condições salariais muito baixas. Lopes e Andrade (2009, p. 6) identificaram que a segregação socioespacial se evidencia nas periferias das grandes cidades, isso porque, é onde encontramos também, grande parte dos indivíduos analfabetos e sem qualificação profissional, restando a eles ocupar um espaço na cidade e sobreviver na informalidade e na contravenção, não de forma absoluta. Há uma combinação constante entre o formal e o informal na luta diária na cidade.

Ao levantar esse debate sobre as práticas que envolvem os agentes sociais, resgatamos também o trabalho de Christian Topalov, o autor apresenta duas categorias sociais que se confrontam diretamente, as das camadas superiores e a dos trabalhadores. As categorias sociais que o autor destaca, possuem práticas sociais subjetivas que intensificam fortemente a segregação um do outro, uma vez que a dialética na concentração espacial de ambos, deriva tanto do preço cobrado pelo espaço, como da qualidade e acesso dos processos de produção material. A legibilidade desses processos, se concretiza nos espaços urbanos na forma de segregação socioespacial (TOPALOV, 1984, p. 160).

A questão chave é, quem está agregando valor à terra urbana com a força de seu trabalho? Os trabalhadores da periferia ou os agentes detentores do capital? Ambos têm a sua parcela de cooperação na expansão urbana, mas o direito de usufruir, se beneficiar, se apropriar do lucro desse processo, nesse caso, rescindi apenas aos proprietários fundiários. Pois, por trás da expansão do espaço da cidade, o real interesse desses agentes, é apenas de ampliar o valor de troca da terra e não seu valor de uso, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural (LOPES; ANDRADE, 2009, p.7).

Outro agente que participa ativamente no contexto espacial urbano, são os proprietários dos meios de produção, que de acordo com Corrêa (1989, p. 13) estes agentes são grandes consumidores do espaço, que necessitam de terrenos amplos e baratos, junto a portos, às vias férreas e locais de ampla acessibilidade da população. Essas características apresentadas pelo autor, foram descritas por Joia (2005) no período em que Aquidauana estava se consolidando

como cidade, mais precisamente em seu primeiro decreto municipal, onde se tratava sobre a regulamentação dos lotes urbanos, visando intensificar a ocupação do solo e consequentemente a expansão urbana. Ou seja, a possibilidade de se adquirir terrenos amplos e baratos era muito maior nesse período.

Isso não significa que hoje em dia a cidade não tenha suporte concreto (terra urbana) para a atuação desses agentes, pelo contrário a cidade dispõe de amplos terrenos com potencial de construtibilidade. Contudo, acreditamos que o desmembramento do município de Anastácio com a cidade de Aquidauana em 1964 e a pavimentação da BR -262 em 1970, cooperaram, sobretudo, para a estagnação econômica do setor industrial, visto que atualmente, na cidade, se destacam na geração de empregos, duas indústrias apenas, a Indústria Siderúrgica de Ferro Gusa de Mato Grosso do Sul Ltda (SIMASUL) e a Buriti Comércio de Carnes. Infelizmente a economia industrial se mostra sem grandes perspectivas, em razão da localização periférica da cidade em relação ao centro do capitalismo nacional, o que acaba por não atrair indústrias de médio e grande portes (JOIA, 2005).

Em decorrência da produção capitalista da cidade, o solo pode assumir a condição de raridade, e passa a ser entendido como uma mercadoria que possui um valor de uso e de troca. O valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso, isto indica que, para usufruir de determinados atributos do lugar é necessário que se realize, antes de tudo, seu valor de troca. Sendo assim, os processos de valorização do espaço passam, necessariamente, pela mercantilização do próprio espaço, concretamente pela mercantilização dos lugares (DAMIANI et al, 1999, p.101).

Neste contexto, trazemos ao texto mais um agente de atuação intensa no espaço urbano, os promotores imobiliários. Botelho (2007, p.26) ressalta que o setor imobiliário em momentos que precedem crises nas diversas economias capitalistas, num primeiro momento, se mostra como um setor compensatório da economia, em razão da atuação desses agentes, voltada unicamente à reprodução do capital. Por esse motivo, se faz necessária a discussão sobre as estratégias e práticas espaciais utilizadas pelos promotores imobiliários no tocante à produção do espaço urbano, uma vez que a participação desses agentes implica na (re)organização do território, influenciando no planejamento e gestão das novas direções de crescimento da malha urbana.

Situação observada também em Aquidauana, devido a implantação da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), a cidade cresceu consideravelmente e, o setor imobiliário também se beneficiou com essa expansão urbana, dado as circunstâncias do acentuado fluxo migratório da época, oriundo principalmente das regiões circunvizinhas,

seguido dos nordestinos e europeus (destacando-se os italianos), cuja influência na cultura são visíveis nos tipos de habitações ainda existentes (RUSSI, 1975).

O espaço urbano capitalista, em especial os grandes centros urbanos, constantemente vivenciam a intensa dinâmica imobiliária, destinada em sua maioria à produção de moradias. Posto isso, destacamos com base em Luna (2017, p. 4) que a atuação dos promotores imobiliários decorre da expansão de empreendimentos imobiliários que visam novos padrões habitacionais, destinados, sobretudo aos grupos de alta e média renda, através da produção de bairros planejados e condomínios fechados verticais e horizontais. Ainda, a autora enfatiza que esses agentes não atuam de forma isolada, eles articulam suas ações com os proprietários fundiários, que oferecem a terra como mercadoria estratégica para a produção imobiliária, e o Estado que atua na promoção de obras de infraestrutura que geram a valorização do solo. Juntos, esses três agentes, além de promoverem a transformação da terra rural em urbana, proporcionam a expansão urbana e consequentemente produzem segregação socioespacial.

Nessas circunstâncias, pensar no crescimento dos espaços urbanos, é pensar em um crescimento a partir da narrativa de que sua estrutura (solo) se condiciona segundo Bortolo (2010, p.77) como local planejado, monopolizado e criado para a reprodução do capital e dominação do Estado. Isso porque, além das atividades produtivas e de habitação, o solo também pode ser utilizado por um determinado período para a especulação imobiliária. Sobre isso, Campos Filho (1992, p. 48) menciona que a especulação imobiliária é “uma forma pela qual os proprietários de terras recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos”.

Apesar de observamos em Aquidauana terrenos e imóveis ociosos em áreas bem servidas de infraestrutura, e consequentemente nos remeter a existência do processo de especulação imobiliária, Nogueira e Godoi (2012, p.13) salientam que tal processo:

[...] é um fenômeno inerente ao contexto de expansão das grandes cidades. Portanto, ela manifesta-se precipuamente nas áreas em que há densa concentração populacional. E, na maioria dos casos, é reflexo das manifestações e contradições oriundas da expansão desordenada dos perímetros urbanos.

Com isso, os autores trazem a luz da produção espacial, a subjacência entre os processos de especulação imobiliária e o da expansão urbana desordenada que se estabelece nas cidades. Segundo Paixão, Rodrigues e Joia (2020), a ocupação do solo difusa percebida atualmente em Aquidauana, advém do período entre 1970 e 1980, quando novos loteamentos foram criados em localidades afastadas da área tida como central. Situação que Botelho (2007) descreve como

um dos encargos que o Estado assume na promoção da expansão urbana e na valorização de áreas periféricas, uma vez que geralmente é o responsável pela implementação da infraestrutura nessas novas áreas recém urbanizadas, que normalmente possuem pouca ou nenhuma infraestrutura e terrenos de menor valor.

Para analisarmos a ação dos agentes que compõem o setor imobiliário na estruturação habitacional de Aquidauana, organizamos sua participação em três períodos diferentes: o antigo, onde se constitui a centralidade tradicional com a presença de casarões datados do período de formação da cidade; o recente, composto por moradias subsidiadas, em sua maioria adquiridas pela classe trabalhadora entre a década de 1970 e 1990; e o contemporâneo, no qual moradias ousadas e com arquitetura moderna são produzidas para a elite da cidade (PEQUENO, 2008).

Entretanto, presumimos que devido ao espectro das especificidades locais, a presença de disparidades sociais, não se concentram apenas nas franjas periurbanas. A produção habitacional em Aquidauana, vai na contramão dos grandes centros urbanos, cuja localização leva à valorização de novas áreas, favorecendo determinados incorporadores, sobretudo, os loteadores, construtoras e incorporadoras imobiliárias, e os corretores imobiliários. Em outras palavras, a organização residencial da cidade se mostra discordante, uma vez que em um bairro de classe média alta, encontramos em meio a mansões (moradias do período contemporâneo), casas com cerca de balaústre e até mesmo galinheiros e chiqueiros (moradias do período recente) mesmo sendo proibido por lei desde 2011 a criação e engorda desses animais na área urbana. A especulação imobiliária contribui para a transformação dos bairros explorados, que com o passar do tempo tenderá a uma unificação dos segmentos socioeconômicos que ali residem.

Isso não quer dizer que essas áreas são invadidas, pelo contrário, esses sujeitos adquiriram esses terrenos quando ainda não havia especulação daquela área pelos agentes imobiliários. Por este motivo, dificilmente ocorre a remoção, o reassentamento e o deslocamento dessas pessoas para setores periféricos da cidade. A saída se dá por processo de compra dos lotes ou por aumento do custo de se morar na localidade, com aumento do IPTU. Além disso, não estamos associando essas especificações da produção habitacional de Aquidauana ao processo de favelização. Na realidade, a tentativa é superar uma visão limitada sobre a estrutura do organismo urbano, trazendo à luz da discussão, como essas arquiteturas produzem distintas morfologias urbanas, considerando sobretudo os aspectos, territoriais, econômicos e culturais (GEORGE, 1983).

Isentamos essas especificidades da estrutura urbana de Aquidauana do processo de favelização, mas, acreditamos que outros fatores contribuem para isso. Joia e Silva (2003)

apontam, por exemplo, que a ausência de um plano diretor no zoneamento urbano, legitimou em Aquidauana, assim como nas grandes cidades, o progressivo processo de desordenamento espacial na cidade. Tais processos acentuam a alta demanda por habitação por parte da população que não tem recursos para entrar no mercado imobiliário. Nesse sentido, tanto Serpa (2007) quanto Pequeno (2008) concordam que estes processos desencadeiam outro processo, o de favelização das cidades brasileiras.

No entanto, para explicar o surgimento das favelas dentro dos espaços urbanos, é primordial trazer ao texto a relação entre a industrialização e a urbanização. Com a industrialização, as cidades, que inicialmente tinham suas funções voltadas ao comércio e distribuição de mercadorias, passam a desempenhar outras funções, como de local da produção dessas mercadorias (FONSECA et al. 2015). Além disso, a presença das indústrias desencadeou uma intensa migração da população da zona rural em busca de melhores condições de vida nas cidades, atraídos pelo lucro financeiro e pelo fator atrativo que as cidades exercem nas populações de baixa renda (CASAGRANDE; SOUZA, 2012).

Contudo, esse processo culminou em vários problemas sociais, com destaque para o desemprego e o subemprego, o inchaço das cidades, que na ausência de um planejamento urbano contribui no surgimento de aglomerados subnormais em áreas que carecem de serviços públicos essenciais e conseqüentemente intensificou a pobreza das camadas mais pobres, resultando na marginalização desses sujeitos (MATTAR, 2003; PEREIRA; LOPES, 2013).

Dada essas circunstâncias, Botelho (2007, p. 23) salienta que a produção e o consumo dos espaços, tanto quanto a urbanização, estão inseridos num vasto processo de reprodução das relações de produção capitalista. Nesse contexto, Carlos (2011) afirma que o rápido processo de urbanização das cidades brasileiras é singular e produto da lógica especulativa, que resultou em vazios urbanos, concentração de áreas nobres em meio à pobreza e na ocupação de sítios urbanos indevidos, que se tornaram áreas de risco, impróprias para edificação de moradias. Porém, são nessas áreas de risco que se acomodam os mais pobres, ou como classifica Corrêa (2012) os grupos sociais excluídos, explicitando que somos um país desigual, que nossas cidades são fragmentadas e socialmente injustas (RODRIGUES, 2004).

Ressaltamos que a desigualdade e o uso diferenciado das áreas urbanas não se condicionam apenas a renda, pois as relações de poder não são apenas de classe, existe uma complexidade gerada pela coexistência de pessoas e grupos sociais na produção da cidade, que se diferenciam em gênero, idade, raça, cultura e classe social (JIRÓN; LANGE; BERTRAND, 2010). Tal acesso diferenciado tanto a cidade quanto a moradia, expressam processos de hierarquização e segregação, induzidos pelas ações de respectivos agentes sociais,

que inviabilizam e radicalizam uma perversa segregação residencial e uma profunda fragmentação socioespacial (BESSA; LUCINI; SOUZA, 2018, p. 148), ainda que com ritmos, formas e intensidades diferentes entre as cidades com tamanhos e dinâmicas diferentes.

Todos esses aspectos sociais ocasionados pela distribuição desigual, entre as classes, das riquezas socialmente produzidas, se mostram, sobretudo, na maneira ilegal (dentro dos parâmetros da lei) da produção da cidade capitalista. Por vezes, grupos sociais excluídos tomam para si, o que Corrêa (1989) denomina como encargo de agentes produtores do espaço, ao ocuparem terrenos públicos ou privados e construírem a sua moradia. Tais ocupações, ou podemos chamar de “aglomerados subnormais” (IBGE, 2010), destacam-se, muitas vezes, pela localização em áreas sem saneamento básico, unidades de saúde ou escolas e pelas precárias condições das moradias, devido a sua produção em regime de autoconstrução. A autoconstrução geralmente está associada às populações pobres e famílias de baixa renda e, é motivada por múltiplos aspectos, tais como, a falta de acesso à moradia, o alto custo na contratação de profissionais e os trâmites burocráticos de aprovação de projeto em órgãos legais (NASCIMENTO, 2011).

Essas ocupações que moldam a paisagem urbana de forma fragmentada e inacabada, são denominadas em sua maioria como favelas onde:

[...] Os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentes e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 1989, p. 30).

O contraste estrutural das moradias e a ausência de apoio do Estado, são as principais características dessas ocupações. O que queremos dizer com isso? Eduardo Marques, professor de ciências políticas da Universidade de São Paulo (USP), nos auxilia nesse sentido. Em uma matéria publicada no jornal El PAÍS, em 2012⁴, foram apresentados dados a respeito da condição de vida dos moradores das favelas em São Paulo. Os dados mostraram que, ocorreram melhorias nas características sociais médias das favelas, no que diz respeito à infraestrutura (rede água, luz, coleta de lixo etc.). Mas, ela também indicou a existência de um conjunto de

⁴ **Jornal El País Brasil.** São Paulo, 22 de jan. 2017.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/18/politica/1484769932_342623.html. Acesso em 02 de ago. 2021.

favelas e loteamentos com características muito precárias, evidenciando desigualdades nas formas e estrutura das favelas.

Inicialmente o professor associou a precariedade das favelas ao tempo, quanto mais recente a ocupação, mais deficitária a sua estrutura. Ou a precariedade dos aglomerados subnormais, estaria relacionada à dimensão, quanto menor a ocupação, menor seria a visibilidade do poder público. Outra questão levantada, foi de que as ocupações com piores condições se encontram em terrenos privados, onde dificulta a implantação de infraestrutura por parte do poder público. Contudo, nenhuma dessas questões foram apropriadas ou satisfatórias para explicar as desigualdades estruturais nas favelas. Mas, isso também nos faz pensar que todas essas questões, juntas, resultam na precariedade no modo de habitar nas favelas/ocupações.

Tendo como base a pesquisa do professor Eduardo Marques, acreditamos que em Aquidauana, na ocupação Jardim São Francisco II as disparidades nas formas e estruturas das moradias desses agentes se diferem por dois principais fatores: o tempo que o morador ocupa o lote ou a ocupação profissional que possui.

Durante as entrevistas, os moradores relataram que a vivência em condições irregulares de moradia varia de três a cinco anos, outros de dez a doze anos. Visualmente, os moradores mais antigos possuem casas com melhor acabamento, por exemplo. Mas outra questão que nos intrigou, é que alguns moradores não atrelam o histórico de vida uns aos outros, apesar de lutarem por um mesmo objetivo há anos, a moradia digna. Moradores mais antigos, por exemplo, associam os moradores mais novos a desocupados e de caráter duvidoso, tal como pode-se observar na entrevista da moradora 17:

“eu quando to sozinhasem os menino, eu fico trancada em casa, porque não sei de onde veio esse povo, aqueles lá ó(aponta na direção de um barraco recém-construído) esses dias tava tudo fumando droga ali pra baixo. Ai eu te pergunto (pergunta para mim) se acha que eu fico tranquila com essa gente aqui? não fico. Os meus menino (os dois filhos dela) tão tudo pra fazenda trabalhando”.

Assim, seja na metrópole, na cidade média ou pequena, a terra urbana é alvo de disputas de diferentes agentes (legalmente organizados ou não) que querem sobre ela produzirestruturas de acordo com seus interesses e necessidades. Disputas essas que acarretam tensõesque se materializam em conflitos de desapropriações, invasões e a posse de terras urbanaspara fins de moradia e disputas cotidianas. A garantia do direito à moradia se estende ao direito à vida, à integridade física e à segurança dos sujeitos, uma vez que o local físico, a casa para morar, possibilita segurança e resguardo para seus habitantes (SOUZA, 2004).

Retomamos aqui o Estado, pois dentre os agentes, o Estado apresenta-se, muitas vezes, como o principal agente produtor do espaço. Como relatamos anteriormente, o Estado atua na construção de moradias sociais desde a década de 1970 em Aquidauana. Contudo, destacamos nesse parágrafo, que costumeiramente as unidades habitacionais, tal qual o conjunto habitacional como um todo, apresentam problemas estruturais, de proporcionalidade e distribuição dos cômodos, sendo estes, segundo relato dos moradores, os principais fatores que os estimularam ao abandono das residências (JOIA, 2005).

Um exemplo a ser explorado é a ocupação desordenada das margens do rio Aquidauana por famílias ribeirinhas que se coloca como uma problemática urbana relatada por Joia e Anunciação (2013), que embora haja programas que contemplem os ribeirinhos da área de inundação do rio, direcionando-os a unidades habitacionais construídas em áreas seguras, nem todos trocaram suas casas próximas ao rio por uma casa no conjunto habitacional Zé da Portuguesa (XIMENES, 2017).

Em pesquisa recente realizada com a população ribeirinha de Aquidauana e Anastácio, Souza e Duarte (2021) buscaram compreender os motivos pelos quais os moradores de área de risco não deixavam seu local de moradia em troca de uma habitação de interesse social entregue pelo poder público, sendo apresentado que:

Das 33 famílias ribeirinhas entrevistadas em Aquidauana, 94% alegaram nunca terem recebido nenhuma oferta para deixar a atual residência e ir para uma habitação de interesse social, apenas 6% representam aqueles que já receberam alguma oferta. Em Anastácio, das 19 famílias entrevistadas, 89% não receberam ofertas, enquanto 11% já (SOUZA; DUARTE, 2021, p. 29).

A narrativa dos ribeirinhos entrevistados de não terem recebido nenhuma oferta para deixar a atual residência e ir para uma habitação de interesse social, enfatiza o distanciamento social entre o poder público e a população mais pobre, uma vez que são eles os mais interessados na aquisição de uma moradia, porém, são eles os mais desinformados dos seus direitos. Essa situação, indica a ineficiência do poder público quanto ao cadastro das famílias beneficiárias de programas habitacionais. Segundo Lima (2015) o Cadastro Único (CadÚnico) é uma importante ferramenta que visa cadastrar as famílias de baixa renda para sua inserção em programas sociais e habitacionais do governo federal, a falta ou desatualização do cadastro inviabiliza a concessão de moradia às famílias beneficiárias.

Além disso, podemos elencar duas situações adversas presentes no cotidiano dos moradores contemplados com casas em conjuntos habitacionais: a primeira, são as áreas escolhidas para a construção dos conjuntos habitacionais, que comumente são áreas distantes

e que apresentam deficitária infraestrutura urbana. A localização, configuração e dimensão dos conjuntos habitacionais, conforme Lima e Lay (2010), afeta a interação social entre os moradores do próprio conjunto e a interação do conjunto com o entorno imediato e com a cidade. Já a segunda, é que atualmente vivemos um período de elevados índices de inflação e da taxa de desemprego, o que segundo Pereira (2017) contribui diretamente no aumento da inadimplência, e consequentemente, ocasiona o não pagamento das prestações das casas, o que posteriormente implica no abandono.

Essas situações são de conhecimento tanto daqueles que já foram contemplados com uma casa em conjuntos habitacionais, como aqueles que não foram. O morador-1 da ocupação urbana Jardim São Francisco II, declarou por meio da entrevista, que têm o cadastro na Secretaria Municipal de Habitação, *“já fiz esse cadastro a mais de ano”*, ou seja, ele ainda aguarda ser contemplado com uma das casas construídas pelo Estado. Mas ao mesmo tempo que ele tem a esperança de conseguir a casa, ele se queixa que *“o que me desanima é que essas casas são muito pequenas e longe de tudo, e às vezes é difícil mexer nelas pra aumentar depois”*. A fala do entrevistado nos ajuda a evidenciar que a questão da moradia envolve hoje condições mínimas de permanência nas casas e nas áreas em que esses conjuntos são contruídos.

Finalizando sobre a atuação dos agentes produtores do espaço, trazemos os grupos sociais excluídos, que conforme Souza (2001) fortaleceram a luta por moradia a partir da urbanização acelerada verificada nas primeiras décadas deste século, o que também intensificou o processo de segregação socioespacial da população mais pobre.

A atual situação socioeconômica do país, combinada com a alta demanda por habitações nas cidades, suscitou uma elevação abrupta dos preços de aluguéis e o surgimento de habitações precárias. O alto preço dos imóveis em Aquidauana foi relatado pelo morador- 3, que segundo ele *“O principal motivo da gente tá morando aqui e nessa situação - na ocupação e em um barraco - é que eu não tenho condição de tá pagando um aluguel, porque ou eu trabalho pra comer ou trabalho pra morar”*.

O adensamento populacional desordenado, contribui no agravamento de ocupações irregulares em áreas urbanas e no aumento significativo do processo de autoconstrução da moradia, atentamos que, essa é uma das principais alternativas às populações “sem-teto” e “sem-emprego” na aquisição da casa própria. A autoconstrução da moradia e a vivência em ocupações irregulares, mesmo que essa moradia quase que naturalmente seja associada à precariedade, sem que tenha sido decomposto o conceito da palavra em seus condicionantes, não aqueles visíveis, imagéticos ou simbólicos (LINHARES, 2019), é um ato de resistência e

sobrevivência para esses sujeitos.

A produção do espaço urbano da cidade de Aquidauana, é reflexo e condicionante social hierarquizado, articulado e criado a partir da distribuição desigual da renda, o que ocasiona mudanças radicais no modo de vida das pessoas. Para um melhor entendimento, Carlos (2001, p.41) explica que o modo como a sociedade vive atualmente é determinado pela forma como o capital se reproduz. Isto quer dizer, que o trabalhador, por exemplo, não foge ao "controle" do capital nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço da moradia tende a subjugá-lo às necessidades e perspectivas da acumulação do capital”.

A ação dos grupos sociais excluídos, tanto em escala nacional como local, na produção da moradia e conseguinte a produção da cidade, tem se agravado ao passo que a situação decadente da economia nacional, que tentava se recuperar da expressiva recessão ocorrida entre os anos de 2015 e 2017, se acentuou consideravelmente com a pandemia de Covid-19, intensificando ainda mais as fragilidades e incertezas sociais da população mais pobre (MATTEI; HEINEN; MUNARO, 2020).

4 MAS AFINAL, DE QUEM É O TERRENO?

O título desta seção decorre do questionamento exposto por diferentes moradores durante a realização das entrevistas. Para nos aprofundarmos sobre a principal ideia norteadora deste estudo, as trajetórias de vida dos moradores da ocupação Jardim São Francisco II, seguiremos duas abordagens que direcionaram os desdobramentos acerca da origem e da urbanização desses territórios concentradores de precariedades urbanas e habitacionais. Deste modo, as informações apresentadas aqui, levantam pontos, tal qual os de Ghilardi (2012), que auxiliam na compreensão da complexa dinâmica de uma ocupação de terra urbana à margem da cidade legal, formal.

4.1 Narrativas e trajetórias de vida dos moradores

Essa primeira abordagem, além de trazer um perfil dos moradores, traz as informações relatadas por eles, durante as entrevistas, sobre a situação dos terrenos que ocupam. Informações como a da moradora-5 de 35 anos, diarista e mãe solteira de 5 filhos, segundo ela, o terreno que ela mora é da imobiliária que faliu; já o morador-6 de 27 anos, auxiliar de pedreiro, acredita que o terreno seja da prefeitura; e a moradora-8, de 24 anos, dona de casa e mãe de 2 filhos, diz que: *“os pessoal conversando esses dias, falaram que aqui é terra herdada e tá na justiça”*.

Pedimos licença aqui para expressar algo que se tornou perceptível a nós na transcrição das entrevistas, apesar dos esforços em não tomarmos a frente no modo como os moradores nos concederam as entrevistas, notamos que ao se tratar de uma mulher entrevistada, a chamada da transcrição ao texto carrega as importantes informações concedidas sobre a trajetória de vida delas, mas, em todos os casos, propositalmente ou não, evidenciamos a quantidade de filhos que cada uma possui. Inevitavelmente para a sociedade, os cuidados com os filhos parecem uma imposição da ordem da natureza condicionada somente às mulheres, restringindo-as às oportunidades de construção de outros marcadores identitários necessários à ordem civilizatória (AZEREDO, 2010).

Frente a essa feminização da pobreza, Carrara (2009, p. 39) afirma que “gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia dos seus corpos.” O autor traz essa indagação, com o intuito de desmistificar a perspectiva histórica da reprodução social, na qual a mulher ocupa o lugar da maternidade, via fatores biológicos e, da subordinação ao homem, remetendo-nos à teoria do patriarcado. Neste sentido, a crescente

feminização da pobreza não deve ser aferida apenas pelo aspecto econômico, pois inviabiliza a análise das vulnerabilidades e riscos sociais importantes que as mulheres mais pobres estão expostas, sendo assim, a pobreza é, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2010, p. 98), “multifacetada e, por isso, multidimensional”

Na retórica dos indicadores multidimensionais que contribuem no processo de feminização da pobreza, Costa et al. (2005, p. 15) estabelece seis possíveis definições para o crescimento do fenômeno no universo feminino, sendo elas:

a) aumento da proporção das mulheres entre os pobres, b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; f) e aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.

Ainda, Costa et al. (2005, p. 16) salientam que “a primeira e a segunda hipóteses são as mais simples e foram as que originaram o debate sobre feminização de pobreza”. O que corrobora com a realidade na ocupação Jd. São Francisco II, onde existe um número significativo de mulheres que assumiram o papel de chefes de família, o que segundo Silveira e Silva (2013) é uma das situações que contribuiu para um maior impacto no aumento da pobreza e da exclusão social feminina, uma vez que as dificuldades em conciliar trabalho doméstico, cuidado com os filhos e a vida profissional às tencionam a se submeterem a subempregos com péssimas condições salariais, reforçando o estigma da incapacidade feminina de prover, cuidar e administrar suas famílias sem a presença de um homem.

Retomando, durante as entrevistas também observamos que existe um padrão na trajetória de vida dos moradores, tais como: o que os levou a residir atualmente na ocupação foi a falta de emprego fixo e ou formal, o que consequentemente reflete na falta da renda; todos eles são de baixa renda; nenhum dos moradores possuem carteira assinada; todos relataram que esse é o primeiro movimento social que participam; nenhum morador é natural de outro estado; ninguém possui veículo automotor; e todos os entrevistados possuem famílias com filhos, não encontramos moradores solteiros residindo sozinhos. São poucas as informações que divergem entre os entrevistados, sendo elas: do quantitativo de moradores entrevistados, apenas 2 iniciaram ensino superior, 4 não possuem escolaridade e o restante finalizaram apenas o ensino fundamental; 3 moradores possuem cadastro na secretaria de habitação; 5 moradores recebem auxílio do governo, o bolsa família; e 17 dos moradores entrevistados, apesar de

trabalharem e morarem temporariamente em fazendas da região, mantém a segurança dos barracos com a ajuda e cuidado dos demais vizinhos da ocupação.

Quanto às características das moradias: todas possuem apenas um cômodo grande sem divisórias, a delimitação de quarto e sala normalmente ocorre com móveis; até o momento, observamos a autoconstrução de 4 moradias de alvenaria que se diferenciam dos barracos; os barracos são autoconstruídos com resto de materiais de construção, papelão, madeira, resto de telhas, pedaços de poli cloreto de vinila (PVC) e lonas plásticas.

Os moradores 3, 5, 10 e 20 residem a aproximadamente 11 anos na área onde se encontra a ocupação, apenas esses moradores possuem um boleto de pagamento do terreno, diferentemente dos outros moradores que o único documento que eles possuem é um contrato de compra e venda do terreno. Os moradores nos explicaram durante as entrevistas, que a falta de documentação dos terrenos que eles ocupam, como a escritura, inviabiliza o acesso às redes de água e luz nas moradias. Por esse motivo, os moradores desenvolveram um contrato de gaveta de compra e venda para que todos tenham acesso às redes de energia elétrica e à água. Em sua pesquisa sobre a ocupação na Vila Pinheiro, também em Aquidauana, Martinez (2021) identificou a mesma estratégia para a implementação dos serviços de água e luz nas moradias, segundo o autor, foi possível identificar em suas entrevistas que “7 pessoas usaram do contrato de locação, outras 40 pessoas usaram do contrato de compra e venda, apenas 2 usaram por ordem Judicial e 1 pessoa fez uso do memorial descritivo” (MARTINEZ, 2021, p. 30).

Essa situação também foi observada por Gondim (1982) na cidade do Rio de Janeiro, a autora destaca uma mudança substancial na posição dos grupos de baixa renda no processo de elaboração e implementação da política habitacional, legitimada pela falta de políticas públicas urbanas, sobretudo, as que destinam a população favelada para outras áreas. Na realidade, o cenário atual é de uma maior preocupação do poder público com a execução de melhorias urbanas nas áreas invadidas da cidade, um exemplo disso, é o acesso mesmo que demodo fraudulento às redes elétrica e de água.

Tanto esta seção, como este subtópico poderiam ser intitulados como “Resultados e Discussão”, mas ao intitulá-los como, “Mas afinal, de quem é o terreno?”, contribuímos para o protagonismo dos moradores nesse estudo, pois essa fala surgiu durante as entrevistas, quando questionamos os moradores sobre a situação do terreno que eles ocupavam. Essa dúvida parte da falta de informação dos moradores em relação ao verdadeiro dono daqueles terrenos. Alguns exemplos foram expostos anteriormente do desencontro de informações que os moradores possuem sobre a área na qual se encontra a ocupação Jardim São Francisco II. O conhecimento de alguns moradores em relação à área ocupada parte, sobretudo, de conversas informais entre

os vizinhos, como relatado pela moradora-5. Outras versões relatadas nas entrevistas, sucedem da participação dos moradores às reuniões que ocorreram com a prefeitura para legalizar a situação dos terrenos.

De modo amplo, acreditamos que os terrenos em um dado momento pertenceram a um único dono, posteriormente a uma imobiliária que faliu, em seguida a prefeitura e a uma suposta herdeira, conhecida como Elizabeth. Essas informações foram relatadas pelos moradores 3, 13 e 1. Segundo o morador-1:

“Isso aqui era de um único dono, só que esse dono passou pra uma imobiliária vender esses terrenos. Daí essa imobiliária parece que vendeu alguns terrenos e passou o dinheiro pro dono. Essa tal imobiliária ficou responsável por impostos, tipo assim o IPTU e tal, e também responsável por vender aqui. Eu não sei o que aconteceu, e parece que a imobiliária faliu, e depois abriram outra com o mesmo CNPJ, alguma coisa assim. Só que o verdadeiro dono faleceu, e tinha ficado tudo na mão da imobiliária, só que passa mais um tempo o dono da imobiliária também faleceu, daí já viu né, envolveu os filhos tudo pra ver quem era herdeiro ou não. Essa segunda imobiliária também faliu, enfim era um rolo lascado e ninguém sabia de quem era o terreno mesmo.

Nesse meio tempo os terrenos que não foram vendidos, foram acumulando dívidas na prefeitura, daí apareceu uma suposta dona, a Elizabeth, uma das herdeiras. Só que por causa de tudo esses rolo nem ela sabia quais eram os terrenos dela, ou quais já tinham sido vendidos, ou seja, virou um angu de carço. Passou o tempo, os terrenos só foram acumulando dívida e ela já não tava mais aguentando pagar, era uma dívida meio alta sabe, aí amigo começou a briga. Porque alguns pularam (ocuparam) dentro de um terreno que era documentando, aí aparecia o dono e tinha que sair, e quem permanece firme e forte é que tiveram mais sorte e caíram dentro dos terrenos que não foram vendidos e tava só acumulando dívidas na prefeitura, e agora tá na mão do juiz”.

Ocupar uma área, parte da necessidade de morar, porém resulta em tensões e conflitos,

o que nos reporta à frágil presença de um Estado de direito nestes territórios, onde há um processo avançado de conflitos e urgências sociais (FELTRAN, 2011; TELLES, 2010). A insuficiência do Estado em atender esses indivíduos os expõe à insegurança patrimonial diariamente, segundo a moradora-2 “*A gente não sabe se vai ficar, tá construindo a meia água ali, (Figura 5), e não sabemos se vamo ficar ou não, se a gente chegar de sair, se a mulher vai ressarcir ou não vai, entendeu? Aí a gente tá na incerteza, pisando em ovos*”.

Figura 5 - As diferentes formas de autoconstrução da moradia dentro da ocupação urbana Jardim São Francisco II, Aquidauana – MS.



Fonte: O autor, 2021.

A moradia precária e vulnerável, além de surgir da necessidade de morar, também representa a falta de emprego fixo e renda desses sujeitos. Essa situação se acentuou consideravelmente com a pandemia de Covid-19, pois as medidas sanitárias para minimizar o risco de contágio do novo coronavírus, como isolamento social e o fechamento de praticamente todos os estabelecimentos de serviços, são atitudes que intensificam ainda mais a segregação socioespacial, a perda do emprego e, conseqüentemente, a queda da renda, expondo as famílias mais pobres a incerteza do acesso à moradia digna e a insegurança alimentar (MATTEI; HEINEN; MUNARO, 2020). O morador-19, um dos moradores que se encontra a menos tempo na ocupação, dois anos e meio, relatou que:

Outro fator principal que me trouxe eu e minha mulher pra cá, é que quando a gente veio de Miranda a gente não tinha renda e não tinha

onde para, ficamos dois ou três meses na casa do meu pai, a gente querendo nosso espaço, fizemos inscrição na prefeitura pra require uma casa, por mais que fosse financiada com as parcelas baixas, a gente iria tentar. Mas, nada aconteceu, eu só fazendo bico, não sobrou opção nem nada, só sobrou ocupar essa área aqui, entramos aqui e fizemos um barraco de lona, ficamos dez meses sem água e sem luz.

Neste sentido, as ocupações irregulares também devem ser tratadas como espaços de resistência. Pois além de ser compreendido como um local de moradia, também são espaços que possibilitam estratégias de permanência, vivência e sobrevivência cotidiana.

Gea, et al (2019), ao estudarem o cotidiano das trabalhadoras sexuais transexuais e travestis do bairro Santa Branca, em Belo Horizonte, Minas Gerais, observaram que essa população considerada inadequada, excluída e marginalizada pela sociedade, tal qual os sujeitos que compõem às ocupações irregulares urbanas, ficou evidente que esse grupo social também desenvolve estratégias para resistir nas áreas que ocupam, frente às constantes e insistentes lutas, perseguições e intervenções urbanas, somadas as relações conflituosas com o poder público e, no caso dos moradores da ocupação Jd. São Francisco II, com os herdeiros requerentes dos lotes ocupados. Pois, nas duas situações relatadas, não são apenas áreas ocupadas ou conquistadas, são espaços físicos regidos por relações de afeto, códigos e regras.

A conquista do direito à moradia digna reverbera no combate à pobreza na inclusão social, além de ter relação direta com a qualidade de vida da população, o seu bem-estar e a equidade social (MONTEIRO; VERAS, 2017). Além disso, quando fomos a campo, observamos alguns barracos que aparentemente estavam a algum tempo vazios, devido às condições que eles se encontravam (Figura 6).

Figura 6 - Barracos abandonados observados na ocupação urbana Jardim São Francisco II, Aquidauana – MS.



Fonte: O autor, 2021.

Perguntado ao morador-1 o porquê daquela situação, ele relatou que *“essa covid fez o pessoal ir embora, tava sem emprego e não tinha nem dinheiro mais pra comer, foram tentar trabalho na fazenda e deixaram as casas pra trás. Eu mesmo ‘tô’ cuidando da casa da minha vizinha que tá pra fazenda trabalhando”*. Como já era de se esperar, e corroborando com Mattei, Heinen e Munaro (2020), os mais atingidos são as populações mais pobres e que sobrevivem do trabalho informal, que por sua vez se encontram expostas à situação de vulnerabilidade e, nemmesmo um barraco na ocupação se torna uma opção de moradia.

Sem ter a certeza da moradia e com pouca ou nenhuma renda financeira, os moradores se veem à mercê da sorte, na esperança de dias melhores pós-pandemia. O morador-4 iniciou a construção de um imóvel comercial na frente da sua casa (Figura 7), com a intenção de alugar futuramente, o que auxiliaria consideravelmente na renda familiar, tendo em vista que tanto ele quanto sua esposa e neto, sobrevivem com R\$ 1,100.00 da sua aposentadoria, mais R\$ 86,00 que é o benefício que sua esposa recebe do governo por criar o neto.

Figura 7 - Imóvel comercial inacabado presente na ocupação urbana Jardim São Francisco II, Aquidauana – MS.



Fonte: O autor, 2021.

Como podemos observar, a construção está inacabada e sem previsão para término. Segundo o morador-4 *“o que era pra ser a minha porta da esperança, até agora só me deu trabalho”* (diz o morador-4 apontando para o imóvel inacabado e sem muitas perspectivas). Conversando sobre a quantia que sua esposa recebe por criar o neto, o morador-4 explica: *“o governo vê de fora, ‘mais’ tem água, luz, gás, vestuário e o mercado, tá pra mais de 3 anos que eu não sei o que é empurrar um carrinho no mercado pra fazer compra. Quando não tinha essa pandemia e eu tava na ativa, trabalhando, fim de mês quando era pra entregar a obra, ia eu e minha esposa no mercado, ela ia nas verduras e na mistura e eu no básico. Hoje é duas sacolinha e olha lá”*.

Em uma pesquisa rápida de preços ao mercado mais próximo, percebemos que há divergência no relato dos moradores 15 e 16 isto porque, eles relataram que *“a gente costuma fazer compra lá no mercado JR (um mercado distante do local onde eles moram) lá é mais barato do que o mercado aqui perto”*. Em uma conversa informal com a operadora de caixa do mercado Real, o mercado citado pelos moradores, fomos informados que costumeiramente os moradores do bairro marcam as suas compras para no final do mês acertarem tudo, mas, segundo ela, *“o pessoal não ‘ta’ pagando em dia, principalmente o povo que mora ali pra*

frente do Funrural” (hospital próximo a ocupação) *principalmente agora nessa covid*”. A principal hipótese é que os moradores ficaram inadimplentes devido ao alto índice de desemprego ocasionado pelo período pandêmico e, por este motivo, precisam se deslocar até outro mercado para realizarem as suas compras.

Finalizando essa primeira abordagem, trazemos algo de muita relevância percebida em nossas saídas a campo. Anteriormente, abordamos no texto o relato da moradora-17, que mostrava forte resistência em se identificar como participante integral de um movimento social que luta por moradia, e de socializar com os moradores que residem a pouco tempo e moram nos barracos. Essa dissociação uns dos outros, aparentemente muito estranha, mostra que apesar do mesmo objetivo, nesse caso a luta por moradia, cada um segue de forma isolada, estigmatizando uns aos outros à marginais, desocupados e pobres.

Gohn (2007, p.13) afirmou que os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população de se organizar e expressar suas demandas”. Quando refletimos sobre a noção da autora a respeito da composição orgânica dos movimentos sociais, observamos que também partimos desse pensamento, e por este motivo estranhemos as colocações da moradora-17 a respeito dos demais moradores. Mas, aparentemente, se analisarmos os integrantes dos movimentos sociais dessa ótica, temos a impressão de que todos são iguais, romantizando a necessidade desses sujeitos em participar desses movimentos e anulando suas precessões, individualidades e singularidades. Este é um olhar da periferia para a própria periferia, a heterogeneidade em algo que aparentemente é homogêneo ao pesquisador, só se identifica na ida à campo, onde se produzem e reproduzem as diferenciações entre esses sujeitos.

O principal eixo norteador deste estudo são as trajetórias de vida desses moradores, ora ou outra, presenciamos similaridades em suas trajetórias. Contudo, o ser humano é complexo, e apesar de se unir e lutar para um bem comum, ele é possuidor das suas individualidades.

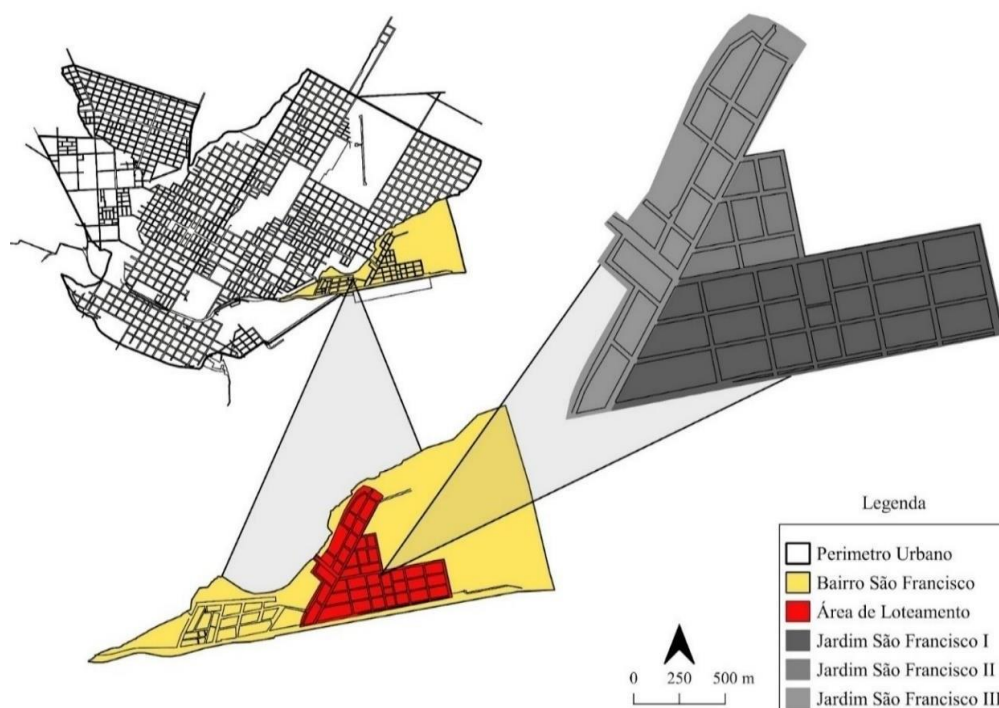
Nessa perspectiva Zanella (2005) salienta que, “a especificidade humana é inexoravelmente constituída e constituidora do social, o que pode ser tematizado como alteridade, como a dimensão de um outro ou das relações com outros”. As forças sociais organizadas na atualidade, segundo Gohn (2011) utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas (2012) denominou de “o agir comunicativo”. Por vários momentos os moradores nos relataram a comunicação via aplicativo de mensagem para informar a disponibilidade de terrenos vagos e que poderiam ser ocupados, dispensando reuniões presenciais com moradores e futuros

moradores da ocupação. Por este motivo, acreditamos sim na existência e organização de um movimento social que luta por moradia no bairro Jardim São Francisco I, porém com características distintas que se expressam na dissociabilidade dos seus constituintes.

4.2 Análise das informações documentais

Aqui iniciamos a discussão relacionada a segunda abordagem, onde constam informações concretas adquiridas com a Prefeitura Municipal de Aquidauana sobre a real situação dos terrenos, que foi o dono desses terrenos antes das ocupações? Os atuais moradores tem propriedade comprovada dos terrenos? Para entendermos como se deu a formação do bairro São Francisco, se fez necessário pesquisar sobre seu processo histórico de uso e ocupação. Neste caso, dividimos o processo histórico em três partes (Figura 8), respeitando a composição estrutural urbana do bairro, estabelecemos uma análise temporal indo do mais novo (anos 2000), depois ao mais recente (entre 1970 e 1980) e ao mais velho (1960).

Figura 8 - Composição territorial do bairro São Francisco, Aquidauana – MS.



Fonte: O autor, 2021.

Iniciamos com os anos 2000, e subtraímos de dentro do bairro apenas a área correspondente ao Jardim São Francisco III (Figura 5). De acordo com a documentação, está é uma área de terras desmembrada da fazenda Guanandy, de 16 hectares e 5.230 m², que após quatro processos de compra e venda datados entre o período de 1992 a 2000, passou a pertencer ao Instituto de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (PREVISUL). O estado de Mato

Grosso do Sul deteve a posse dessa área até o dia 02 de fevereiro de 2012. A partir desta data, toda a área passou a ser propriedade do município de Aquidauana, por meio de doação do estado conforme a Escritura Pública de Doação, transferindo-lhe todo o direito, domínio e posse (AQUIDAUANA, 1990).

Contudo, antes de todo trâmite judicial, e tendo por base as informações adquiridas com a prefeitura, em meados dos anos 2000, os 321 lotes que compõem o bairro foram invadidos. Por este motivo, o estado de Mato Grosso do Sul representado na época pela procuradora do estado Dr^a Kemi Helena Bomor Maro e, com base na Lei Estadual nº 3.723, de 27 de agosto de 2009 e nos encargos prescritos nos artigos 3º, 4º e 5º, doou a área, que já se encontrava invadida, ao município de Aquidauana, representado pelo então prefeito Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman. De acordo com os referidos artigos, os encargos são:

Art. 3º- O Donatário deverá proceder ao loteamento, ao desmembramento e à doação dos imóveis aos seus ocupantes, devendo a área eventualmente remanescente ser incorporada ao patrimônio do município de Aquidauana-MS. Art. 4º- O Donatário deve providenciar a regularização de que trata o Art. 3º, no prazo de dois anos, contados da transcrição do imóvel referido no art. 1º, sob pena de reversão automática ao patrimônio do Estado de MS. Art. 5º- O município de Aquidauana-MS providenciará a transferência do imóvel para o seu nome de acordo com a Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Estadual nº 273, de 19 de outubro de 2001. (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

A partir da doação da área e, para fazer valer o Art. 3º, a prefeitura iniciou uma legitimação fundiária, intitulada Programa de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB-S - onde o principal objetivo era de regularizar de forma gratuita os terrenos invadidos. Porém, nem todos os terrenos foram legalizados dentro do prazo estipulado por lei de dois anos, dado ao fato que, somente os moradores que compareceram com a documentação exigida regularizaram a condição dos terrenos. O que se tem documentado até o momento é um total de 167 matrículas apenas com averbação, um número de pessoas muito abaixo que a prefeitura acredita residir naquela área (AQUIDAUANA, 1990).

Nosso segundo período de análise, corresponde ao Jardim São Francisco II, (Figura 5) e teve seu processo de formação datado entre 1970 e 1980. Este era um lote de terreno que pertencia aos herdeiros de Joaquim Omar Marques dos Reis, situado no loteamento da Vila Guanandy. Esse é um terreno de formato irregular que possui 95 metros de frente para a Rua Projetada por 315 metros de um lado, 250 metros do lado esquerdo e a largura 290 metros. Em 30 de setembro de 1982, o cartório 1º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis, localizado na Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição, formalizou o contrato de compra e venda do lote,

em nome de José Raimundo Damasceno. Posteriormente, em 2 de abril de 2001, o mesmo cartório formalizou o loteamento deste terreno, onde o plano de loteamento elaborado pelo engenheiro agrimensor Lioni de Souza Figueiró, se estrutura em 6 quadras e 97 lotes, sendo a quadra de número 6 destinada à Prefeitura Municipal de Aquidauana-MS (AQUIDAUANA, 1980).

Ainda, com base nos dados documentais, esses terrenos foram vendidos, sobretudo, no prazo de oito anos após a formalização do loteamento, a compra dos terrenos eram realizadas dentro da legalidade, porém com pouca formalidade, uma vez que o processo de compra e venda eram realizadas diretamente com o proprietário dos lotes. Entretanto, durante esse período de compra e venda dos lotes, em setembro de 2010 o proprietário, José Raimundo Damasceno, veio a falecer, inviabilizando a regularização dos lotes já vendidos, ou seja, até o momento, do quantitativo de lotes vendidos, apenas 2 possuem matrícula. Outra questão que a prefeitura acredita ter contribuído para a não regularização dos terrenos, foi que após o falecimento de José Raimundo Damasceno, seus filhos, os herdeiros dos terrenos, não realizaram o inventário de toda a área, pois implicaria em um gasto financeiro muito elevado e que beneficiaria somente os próprios moradores do loteamento, uma vez que os terrenos já estavam vendidos.

A formação inicial do bairro São Francisco data do período de 1960 e 1970 (JOIA, 2005), iniciando com a criação da Vila 40 e posteriormente com a ocupação da área conhecida como Jardim São Francisco I, nosso terceiro e último recorte de análise e onde se encontra a ocupação na qual este estudo se desenvolveu (Figura 5).

Com base nos dados documentais, em 1976 esta era uma gleba de terras pastais e lavradas com área de 20 ha, que inicialmente pertencia ao loteamento Vila Guanandy, de propriedade de José Raimundo Damasceno, tal qual as terras do Jardim São Francisco II. Dentre todos os fatos que iremos expor a respeito dos trâmites de compra e venda que envolvem essas terras, esse é o único que não foi mencionado pelos moradores da ocupação durante as entrevistas, talvez por desconhecerem tal informação (AQUIDAUANA, 1976).

Continuado com o processo de compra e venda, seis anos após a aquisição de José Raimundo Damasceno, em 1982, ele formalizou em escritura pública a venda das terras para a firma Santa Rosa Imóveis LTDA. A partir daqui, conseguimos encontrar semelhanças entre as informações adquiridas à campo com as documentadas. O morador-1 nos informou que em algum momento todos os terrenos eram de uma imobiliária que faliu e depois reabriu em outro lugar, porém com o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

Partindo dessa narrativa, foi realizada uma busca documental sobre os possíveis registros de imóveis do bairro São Francisco existentes na prefeitura e, encontramos algumas

informações que possivelmente comprovem a situação relatada pelo morador-1. A firma Santa Rosa Imóveis LTDA localizada na cidade de Campo Grande - MS, na rua 13 de maio nº 2500, em 1982 adquiriu um terreno na rodovia AQN-3 (km 3) com área de 200,000.00 m², composto de 23 quadras e 333 lotes de conformidade com a planta e memorial descritivo assinado pelo Engenheiro Civil Ronei Vedovato de Abres. No mesmo ano, a firma Santa Rosa Imóveis LTDA, iniciou a venda dos lotes, onde até o momento, dos 333 lotes, apenas 99 possuem matrícula documentada na prefeitura e 174 constam como vendidos (AQUIUDANA, 1976).

Buscando informações na internet sobre a firma Santa Rosa Imóveis LTDA, encontramos uma empresa com a mesma razão social⁵ e CNPJ, de nome fantasia Imobiliária Santa Rosa, porém em um novo endereço e com data de abertura em 20/08/1992. Ou seja, como uma empresa realizou a compra de 333 lotes dez anos antes de sua fundação? Os fatos indicam que aparentemente o relato do morador-1, sobre a imobiliária que faliu e reabriu com o mesmo CNPJ, procede.

De acordo com o morador-6, *“fiquei sabendo que quem era dono daqui perdeu a escritura pra prefeitura, por causa de um monte de dívida, aí eu acho, que por ser da prefeitura, é que ninguém vem tirar a gente daqui”*. De fato, o não pagamento dos encargos financeiros implícitos aos imóveis urbanos pode acarretar a perda ou penhora imóvel, de acordo com a Lei 13.105, de 16 de março de 2015⁶. Contudo, essa não é a realidade do Jardim São Francisco I, tal qual os outros dois loteamentos supracitados. Todo loteamento tem por obrigação reservar 30% da área do loteamento à prefeitura para a construção de parques, praças e vias e, neste caso, foram reservadas a prefeitura as quadras 08, 09, 10, 13, 17 e 23. Entretanto, as informações que nos foram passadas em relação às quadras, bem como os lotes destinados à prefeitura, é que estas áreas são monitoradas, a fim de verificar qualquer atividade indevida, como invasões. Recentemente, ocorreu a ocupação indevida de uma das quadras da prefeitura e de imediato os ocupantes receberam a reintegração de posse, com o prazo de remoção de três dias. Por este motivo, atualmente asseguramos que nenhum dos moradores entrevistados residem nas quadras destinadas à prefeitura.

Outra questão pertinente e que finaliza a análise sobre a posse das terras do Jd. São Francisco I, são os lotes herdados ao longo dos anos. Os moradores relataram desconhecer quais

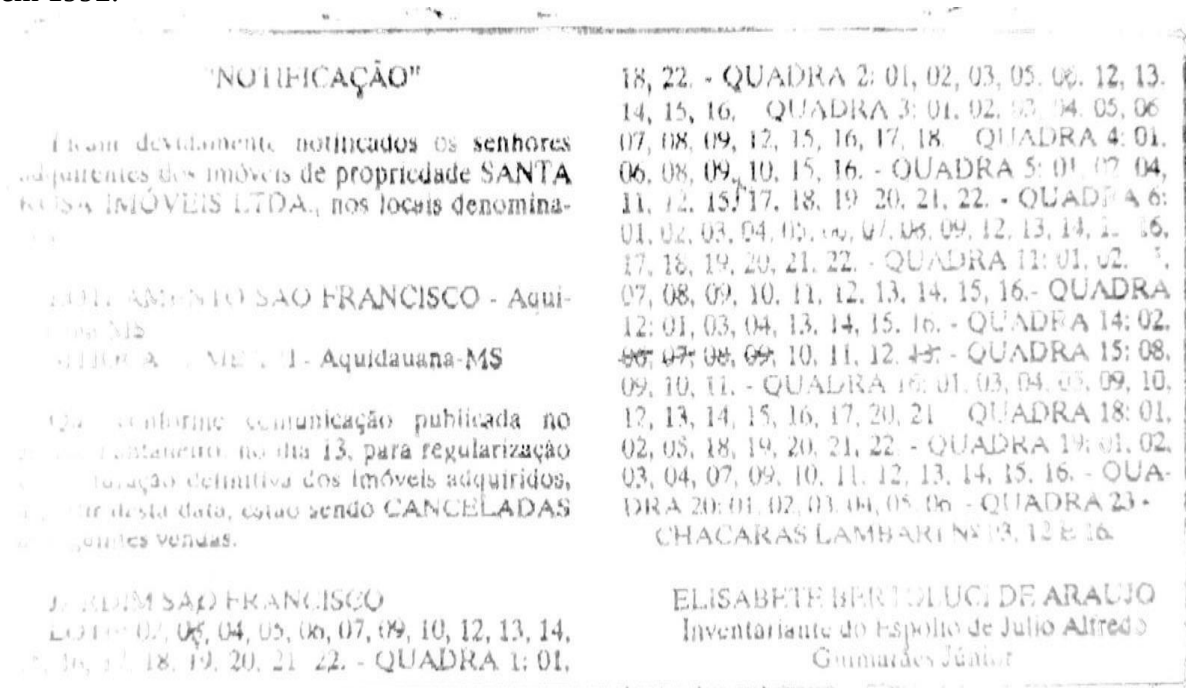
⁵ Dados online da Imobiliária Santa Rosa. Disponível em: <https://www.descubraonline.com/guia/ms/campo-grande/imobiliaria-santa-rosa-03979259000114>. Acesso em 18 de fev 2022.

⁶ Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm#art836. Acesso em 10 de set 2021.

lotes configuram como herança, na realidade, pouco se sabe sobre este assunto. Quando notificados a participarem das reuniões relacionadas ao processo de reintegração e manutenção de posse (nº 0800209-18.2017.8.12.0005)⁷, os moradores mencionaram a presença de uma mulher chamada Elizabeth, que segundo informações disponíveis na página do Jusbrasil, Elizabeth Bertoluci de Araujo seria a inventariante de José Angelo de Queiroz.

De posse dessas informações, identificamos a necessidade de se averiguar a situação desses terrenos com a prefeitura do município. Por meio dos dados documentais existentes na prefeitura, mais precisamente na Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo de Aquidauana, concedidos a nós pelo Geógrafo da Prefeitura Emerson Pinheiro dos Santos, obtivemos informações relevantes e norteadoras sobre a posse dos terrenos. Segundo os contratos de compra e venda, ao todo, no Jd. São Francisco I, há apenas oito proprietários registrados de um ou mais lotes. No entanto, dentre esses oito proprietários, não encontramos nenhum contrato de compra e venda em nome de Elizabeth Bertoluci de Araujo ou de José Angelo de Queiroz, a única evidência encontrada, foi um recorte do Jornal “O Pantaneiro” do ano de 1992 (Figura 9), que aparentemente noticiava o cancelamento da compra de supostos terrenos em nome de José Angelo de Queiroz.

Figura 9 - Publicação a respeito do cancelamento dos terrenos publicada no Jornal O Pantaneiro em 1992.



Fonte: Jornal O Pantaneiro, 1992.

⁷ Processo de Manutenção e Reintegração de Posse. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/252547345/processo-n-0800209-1820178120005-do-tjms?download-lawsuit=true>. Acesso em 10 de jan de 2022.

O texto informa que:

“NOTIFICAÇÃO”

Ficam devidamente notificados os senhores adquirentes dos imóveis de propriedade SANTA ROSA IMÓVEIS LTDA, nos locais denominados
LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO - Aquidauana MS
SITIOCA LAMBARI - Aquidauana - MS

Que conforme comunicação publicada no Jornal Pantaneiro, no dia 13, para regularização e restituição definitiva dos imóveis adquiridos, a partir desta data, estão sendo CANCELADAS as seguintes vendas.

De acordo com a publicação do jornal no ano de 1992, todos os terrenos citados eram de propriedade da Santa Rosa Imóveis LTDA. Mas, segundo a documentação do cartório 1º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis, em 26 de novembro de 1984 a Santa Rosa Imóveis LTDA, formalizou o contrato de compra e venda de 82 lotes para o Empreendimento Imobiliário Tapajós LTDA (Figura 10).

Figura 10 - Documento de cartório relacionado à compra e venda dos terrenos.

R.13/80 - Aquidauana, 26 de Novembro de 1984.

TÍTULO - Compra e Venda - **TRANSMITENTE** - **SANTA ROSA IMOVEIS LTDA**, com sede à Rua 13 de Maio nº 2.500 em Campo Grande-MS CGC/MF nº 03.979.259/0001-14 - **ADQUIRENTE** - **EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS TAPAJÓS LTDA**, com sede à Rua São Geraldo nº 412 em Campo Grande-MS, CGC/MF nº 15.522.576/0001-96 - **FORMA DO TÍTULO** - Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas notas do Tabelião do 3º Ofício da Comarca de Campo Grande-MS em 11 de Novembro de 1983-Lº-225-fls-122v - **ÁREA TRANSFERIDA** - Do imóvel retro foram transferidos os seguintes lotes: **Quadra 02** - lotes: 02,04,05,06,08,09,10,11,12,13,14,15,19,20 e 21 - **Quadra 14** - lotes: 02,05,06,07,08,09,10,11 e 12 - **Quadra 15** - Lotes: 01,05,14

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 Registro de Compra e Venda de Imóvel
 Livro de Registro do 1º Ofício
 1ª Circunscrição de Imóveis
 Substituta 1ª Circunscrição
 Aquidauana - MS

MATRICULA 80 FICHA 26v

15,16,17,18,19,20,21 e 22 - **Quadra 16** - lotes: 01,02,03,04,05,06,07 - **Quadra 20** - lotes: 05 e 06 - **Quadra 21** - lotes: 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15 e 16 - **Quadra 22** - lotes: 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21 e 22 - **ÁREA REMANESCENTE** - Há - **VALOR** - R\$ 10.000.000,00 - **CONDIÇÕES** - Respondem pela evicção - Foi apresentado ITBI sob nº 120667 expedido pela Exatoria Estadual desta Cidade - Valor tributado - R\$ 25.296.000,00 - Valor do imposto recolhido - R\$ 505.920,00 - Foi apresentada Certidão Negativa de Débitos nº 789 A expedida pela Prefeitura Municipal desta Cidade - Foi apresentada CND nº 001124 expedida pela agência do IAPAS em Campo Grande-MS - O Oficial da 1ª. Circ. desta Comarca.

CARTÓRIO 1º Ofício
 Emolumentos Gr\$ 50.592,00
 Aquidauana - MS

Fonte: Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo de Aquidauana, 2022.

Contudo, na data da publicação do comunicado no jornal, 23 dos 82 lotes ainda pertenciam a Santa Rosa Imóveis LTDA, ou seja, os terrenos vendidos ao Empreendimento Imobiliário Tapajós na realidade não foram vendidos? ou foram? E se não foram, como o Empreendimento Imobiliário Tapajós LTDA possui um processo relacionado a esses terrenos do ano de 2021 de Aquisição / Usucapião Extraordinária (nº 0801983-44.2021.8.12.0005)⁸? Qual a ligação entre o Empreendimento Imobiliário Tapajós LTDA, a Santa Rosa Imóveis LTDA e a Elizabeth Bertoluci de Araujo? Por qual motivo Elizabeth Bertoluci de Araujo ou José Angelo de Queiroz não possuem contratos de compra e venda desses terrenos na prefeitura?

São muitos os questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa. Mas, para finalizar esta seção, retomamos dois trechos que foram expostos neste trabalho e que vão de encontro

⁸Processo de Aquisição/Usucapião. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/459684533/processo-n-0801983-4420218120005-do-tjms>. Acesso em 10 de dez 2021.

com o cenário de desinformação da propriedade dos lotes. O primeiro trecho faz parte do trabalho de Souza e Duarte (2021) sobre os ribeirinhos, onde 94% dos entrevistados alegaram que desconheciam a disponibilidade de unidades habitacionais destinadas a eles. O outro trecho, é sobre o favorecimento, ou melhor, neste caso o aumento do capital de determinados incorporadores imobiliários resultante da valorização das áreas urbanas.

Retomamos esses dois trechos do texto, e pedimos atenção para duas questões: a desinformação da população mais pobre e o favorecimento presente na ação dos incorporadores na produção da cidade. A desinformação gera consequências, no caso dos ribeirinhos, o não acesso à informação, condicionou essa população a possível perda da moradia localizada em áreas não afetadas pelas inundações do rio Aquidauana.

Onde queremos chegar com esses comparativos, percebemos que o recorte de jornal que trazia a público o cancelamento das vendas dos terrenos, nada mais era que uma intimidação pública. Embora o jornal impresso não seja um dos meios mais utilizados de comunicação atualmente, lembramos que no ano de 1992, esse era um dos principais veículos de comunicação que a população possuía. Atualmente, apesar da baixa procura em consumir a informação impressa, o jornal ainda expressa credibilidade para as pessoas, sobretudo aqueles em versão online, tornando-se uma fonte confiável de notícias (FONSECA et al., 2021).

Uma publicação no jornal naquela época tinha custos elevados, por esse motivo nem todo mundo publicava informações nas páginas dos jornais, consequentemente, uma vez publicada, aquela informação era legítima. Nessas circunstâncias, quem iria enxergar a publicação do cancelamento da venda dos lotes como uma intimidação? A intimidação pública foi realizada por alguém consciente da posição social que ocupava, por alguém favorecido, que sabia que ao informar o cancelamento da compra dos terrenos, não estaria expondo apenas a possível compra “indevida” realizada por esses adquirentes, mais, também, a desinformação, a vulnerabilidade social, o não acesso aos direitos sociais, a incerteza da moradia e a exposição aos riscos sociais objetivos e subjetivos que essas famílias viviam (CALIMAN, 2006).

5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

As narrativas sobre as experiências e trajetórias de vida dos moradores que os conduziram até a ocupação explicitada e o modo como eles se organizam em seus cotidianos contribuíram, de fato, para a compreensão a respeito de quais motivos conduziram esses sujeitos a atualmente residir em uma ocupação urbana.

As ocupações urbanas, para além da efetivação do direito à moradia à revelia do Estado, promovem alterações espaciais na cidade. Tais modificações se efetivam tanto de forma simbólica, constituindo-se como verdadeiros territórios de luta pelo direito básico da moradia, como estrutural, na qual a luta por direitos perpassa ao da moradia, abarcando também o direito à cidade.

Com base nas discussões levantadas neste estudo, compreendemos que o direito à cidade é a possibilidade intrínseca de moradia e o acesso de todos as demais instâncias da cidade, onde mesmo que paulatinamente, ocorra a desintegração da segregação socioespacial. Situação que talvez devemos tratar como um anseio utópico. Pois, para que efetivamente ocorra o direito

à cidade de modo amplo a população, políticas públicas devem ser concretizadas no âmago da sociedade capitalista. Por este motivo que a vivência em ocupações irregulares afeta diretamente a população que se encontra nessas condições, restringindo-os, muitas vezes, ao acesso a ‘pseudos’ espaços públicos, invisíveis e segregados que a cidade possui.

A trajetória de vida das famílias residentes da ocupação irregular Jd. São Francisco II são atravessadas pelos apontamentos discriminatórios, autocentrados e pela marginalização da sociedade, não apenas por residirem nas áreas periféricas da cidade, mas por integrarem uma parcela social significativamente pobre. Rotulando esses sujeitos como moradores de áreas periféricas, endossamos o debate entre distância física e social. Nas cidades pequenas e médias, os disparates sociais se encontram muito próximos fisicamente e o distanciamento social se expressa, de acordo com os moradores da ocupação, ao vivenciarem outros espaços da cidade, no eminente processo do estigma da imagem empobrecida, periférica e marginalizada desses sujeitos, e não na distância física.

O desemprego e consequentemente a falta da renda fixa são os principais fatores que conduziram esses sujeitos a atual condição de moradia. Tal situação reforça o estigma de incapacidade, imposto pela sociedade a esses sujeitos. Priorizando a subsistência familiar, a renda dessa população mais pobre destina-se, sobretudo, à alimentação, tornando inviável a manutenção das despesas com moradia.

Políticas públicas que visam à moradia digna, que se configura como elemento fundamental para o desenvolvimento humano, devem ser conferidas por um Estado socialmente comprometido. Por outro lado, a falta de políticas públicas torna as ocupações irregulares, apesar de transgredirem regras do mercado imobiliário, a única estratégia desses sujeitos desamparados pelo poder público e, que não têm poder de compra, para a aquisição da moradia.

Ponderando sobre o direito à moradia, a garantia de tal direito também deve contemplar o direito à cidade. Ao dispor desses direitos, possibilitamos a reprodução da vida na cidade. Ser contemplado com a moradia, sem ter acesso a cidade, expõe que a questão da moradia hoje no Brasil não se baseia em construir e entregar, mas sim, em produzir condições de permanência nas moradias. Neste sentido, as ocupações irregulares também devem ser tratadas como espaços de resistência, considerando as estratégias que as pessoas utilizam na vivência cotidiana para permanecerem ali.

A ocupação urbana Jardim São Francisco II se constitui, em sua maioria, por mulheres chefes de família, trazendo o estigma da feminização da pobreza. Contudo, acreditamos que por esse motivo (apesar de não se estender a todos) o modo como alguns integrantes da

ocupação se relacionam perpassa a área ocupada, evidente na troca de alimentos, no cuidado com os filhos e moradias circunvizinhas e no companheirismo em ‘dar a garupa da bicicleta até o centro da cidade’. A rede de confiabilidade criada por alguns moradores é uma das principais estratégias desenvolvidas para a permanência na ocupação.

Evidentemente, a pandemia de Covid-19 atingiu drasticamente a população mais pobre, observamos isso na situação dos moradores da ocupação. Esse período contribuiu diretamente no aumento do desemprego, e conseqüentemente na queda da estabilidade financeira, situações que intensificaram a busca por emprego em áreas rurais, ocasionando o processo de abandono dos barracos.

Ressaltamos outra questão importante que foi a busca por respostas sobre a real situação das áreas ocupadas no bairro São Francisco. Obtivemos respostas documentadas e não documentadas, que em algum momento coincidiram, tais como: os lotes do Jd. São Francisco I foram de uma imobiliária que faliu e reabriu anos depois com outro nome, porém com o mesmo CNPJ; Inúmeros processos de compra e venda, que cooperaram para diferentes proprietários dos lotes; A considerável falta de documentação na prefeitura, sobretudo, de matrícula dos lotes e, por fim, terrenos que configuram-se como herança, mas sem documentação comprobatória de posse desses lotes.

O desencontro das informações sobre a situação dos lotes ocupados, bem como os processos judiciais que envolvem essa área, cooperam na incerteza da moradia fixa para esses sujeitos. Com base nas informações, concluímos que as desinformações dos moradores entrevistados residentes da ocupação, se mostraram efetivas também no âmbito documental.

Certidões relacionadas ao processo de formação do bairro e contratos de compra e venda, encontraram-se fragmentados e poucos relataram o processo inicial e final dos trâmites que envolvem os lotes do bairro. A descontinuidade nas informações, proposital ou não, além de ocasionar um substancial apagamento histórico do bairro, também dificulta a concessão dos terrenos a quem é de direito, tanto aos ocupantes irregulares como uma possível reintegração de posse aos herdeiros.

Consideramos que a desinformação se mostrou como uma ferramenta eficaz no acirramento das desigualdades sociais. Além disso, acreditamos que essa situação se configure como um padrão comportamental em movimentos sociais que lutam por moradia em cidades pequenas. Evidenciamos isso, com base nas situações relatadas pelos moradores das ocupação Jardim São Francisco II e a ocupação das margens do rio Aquidauana por famílias ribeirinhas. Nas duas situações, observamos um quantitativo significativo de entrevistados que desconhecem, por exemplo, a possibilidade do cadastro na Secretaria de Habitação do

município. Presumimos que diferentemente dos grandes centros urbanos, onde os constituintes dos movimentos sociais precisam se “armar” de todas as informações necessárias sobre os terrenos e imóveis ocupados, nas cidades de pequeno e médio porte, como Aquidauana, isso não ocorra devido a facilidade de comunicação entre as pessoas.

Contudo, em toda esta situação, caberia a Prefeitura Municipal de Aquidauana sanar o questionamento de quem são os terrenos, uma vez que são imóveis que se encontram dentro do perímetro urbano, sendo assim, obrigatoriamente o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) deve ser pago por alguém, mas segundo o relato do morador-4 *“não pagamos nada, só a água e a luz”*. Tomando por base esse trecho da entrevista, surgem outros questionamentos que não envolvem apenas a real posse dos terrenos ocupados, mas por qual motivo essa situação não possui um caráter prioritário no âmbito das questões municipais?

No entanto, por hora, não cabe aqui estender essa discussão. Nestas circunstâncias, finalizamos com um trecho da entrevista de um dos moradores que sintetiza didaticamente a situação atual dos lotes, de acordo com a sua visão:

“Isso aqui ‘tá’ tão lascado, tão sem ninguém saber de nada, sem nem ter noção do que vai ‘vira’ isso aqui lá na frente, que ‘tá’ um caroço de angu, um rolo tão grande, que acho difícil alguém aparece aqui e falar esse terreno é desse fulano, aquele é do outro e esse é teu, esse negócio vai longe”.

Por fim, considera-se assertiva a hipótese inicial de que a participação ativa desses indivíduos em movimentos que reivindicam por moradia, se legitima principalmente pela precarização ou falta de trabalho e a segregação socioespacial. Acreditamos que apesar do aprofundamento teórico obtido com este estudo, outros aspectos poderão ser detalhados em trabalhos futuros.

Mas afinal, de quem é o terreno? Como não conseguimos chegar uma conclusão legal, do ponto de vista jurídico da propriedade dos terrenos, esboçamos aqui uma resposta de cunho social, reforçando o disposto no inciso XXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988 que diz que *“a propriedade atenderá a sua função social”* (BRASIL, 2004). Assim, espera-se que os terrenos sejam atribuídos a seus moradores, cujas famílias edificaram suas casas (demadeira ou alvenaria) e ali reproduzem o seu cotidiano.

Como sugestão, encorajamos futuros estudos por entusiastas da área, analisando outros bairros de Aquidauana ou até mesmo cidades com o mesmo perfil demográfico e econômico,

a fim de verificar se há um crescente movimento das ocupações irregulares em cidades interioranas de porte médio e, se as trajetórias de vida dos sujeitos que ali vivem, se assemelham às dos moradores participantes deste estudo.

REFERÊNCIAS

AQUIDAUANA (MS). Cartório do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, 1ª Circunscrição. **Certidão de compra e venda** dos lotes do bairro Jardim São Francisco I. Aquidauana, 1976. Certidão registrada no livro n. 02 - matrícula 80, sob o número de ordem 8/80.

_____. Cartório do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, 1ª Circunscrição. **Certidão de compra e venda** dos lotes do bairro Jardim São Francisco II. Aquidauana, 1980. Certidão registrada no livro n. 02 - matrícula 80, sob o número de ordem 8/80.

_____. Cartório do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, 1ª Circunscrição. **Certidão de compra e venda** dos lotes do bairro Jardim São Francisco III. Aquidauana, 1990. Certidão registrada no livro n. 02 - matrícula 80, sob o número de ordem 8/80.

ABRAMO, P. A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento da espacialidade urbana. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 3 (especial), p. 47-70, dez. 1989.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

AGB – ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. TODO APOIO À LUTA DAS FAMÍLIAS SEM TETO EM TRÊS LAGOAS. **AGB**, São Paulo, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.agb.org.br/todo-apoio-a-luta-das-familias-sem-teto-em-tres-lagoas/>. Acesso em 20 dez. 2020.

ALMEIDA, M. **Políticas públicas da habitação e do transporte: o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1989. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61572>. Acesso em 14 de out 2020.

AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 de abr. de 2022.

BARROS, J. D'Assunção. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BESSA, K.; LUCINI, A. C. G. C.; SOUZA, J. A. N. Do plano à produção territorial da cidade: uma análise a partir da habitação em Palmas-TO. **GeoTextos**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/25639>. Acesso em: 7 jun. 2021.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BONDUKI, Nabil Georges. Dos movimentos sociais e da luta pela reforma urbana na Constituinte ao Estatuto da Cidade (1981-2001). In: **A luta pela reforma urbana no Brasil**: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.casadacidade.org.br/wp-content/uploads/2018/12/A-Luta-Pela-Reforma->

[Urbana-no-Brasil CAU-SP 2018.pdf](#) Acesso em 16 de set 2021.

BORTOLO, C. A. de. A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO E OS AGENTES PRODUTORES DA CIDADE: o caso do Lago Igapó em Londrina - PR. **Geo UERJ**, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 287-311, dez. 2010. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1488>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil, Código Penal, Código de Processo Penal**. Org. Luiz Flávio Gomes – 6º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

CALIMAN, G. Desvio social e delinquência juvenil: teorias e fundamentos da exclusão social. 1ª ed., Brasília, DF: Universal, 2006.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. [9. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2011-2013. 98 p. (Repensando a geografia).

_____. **A cidade**: O homem e a cidade a cidade e o cidadão de quem é o solourbano? São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A VIRADA ESPACIAL/ THE SPATIAL TURN. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 7-16. 2016. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1779>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A reprodução do espaço urbano no movimento do pensamento geográfico: uma via a construir. In: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. **Geografia urbana**: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 415-430.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para humanização das cidades do Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992. 143p. Disponível em: <https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Cidades-Brasileiras-sue-controle-ou-o-caos-.C%C3%A2ndido-Malta-Campos-Filho.pdf>. Acesso em: 10 jun 2021.

CARCANHOLO, M. D., A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx, **Pesquisa & Debate**, São Paulo, PUC-SP, v. 9, n. 2, p. 17-43, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11757/8478>. Acesso em 27 ago. 2021.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In:_____. (Org). **Gênero e**

diversidade na escola: formação de professoras/res em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, p. 13-183, 2009. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/scarrara.pdf>. Acesso em 10 de abr. de 2022.

CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E.B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, v. 24, n. 1, p. 2-27, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3461/2774>. Acesso em: 22 ago. 2021.

COMEÇA a segunda etapa de construção das 146 casas do lote urbanizado no Jardim das Primaveras. **Rádio Caçula FM 96,9**. Três Lagoas, MS, 18 set. 2019. Cidades. Disponível em: <https://www.radiocacula.com.br/comeca-segunda-etapa-de-construcao-das-146-casas-do-lote-urbanizado-no-jardim-das-primaveras/>. Acesso em 23 de jun. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço:** um texto para discussão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 41-51, 2012.

CORUMBÁ, Prefeitura Municipal de. **Corumbá garante terrenos para Movimento de Luta pela Moradia**. Corumbá, MS, 30 dez. 2009. Disponível em: <https://www.corumba.ms.gov.br/2009/12/corumba-garante-terrenos-para-movimento-de-luta-pela-moradia/>. Acesso em 20 jul. 2021.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1137). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em 19 de abr 2022.

CHAGAS, E. F. **O método dialético de Marx:** investigação e exposição crítica do objeto. Síntese (Belo Horizonte. 1974), v. 38, p. 55-70, 2011. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf. Acesso em 15 de ago. 2021.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasileira, 1989.

DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. de. **O espaço no fim de século:** a nova raridade. [S.l: s.n.], 1999.

DAVIS, M. A renovação urbana e o espírito pós-moderno. **Espaço e Debates**. São Paulo:

NERU, n.27, p. 92-96, 1989.

EDUARDO, C. L. M. Favela rica, favela pobre: um estudo mostra as desigualdades nas baixas rendas de São Paulo. **El País Brasil**, São Paulo, 22 de jan. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/18/politica/1484769932_342623.html. Acesso em 02 de ago. 2021.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011. v. 1. 366 p.

FONSECA, W. L. et al. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ÊXODO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO. **Nucleus**, Ituverava, v. 12, n. 1, p. 233-240, abr. 2015. Disponível em: <https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1422>. Acesso em: 09 ago. 2021.

FONSECA, M. N. et al. Avaliação do nível de percepção dos riscos de infecção pelo SARS-CoV-2 e da acessibilidade a informações sobre a Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, n. 2, p. 379-396, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2157>. Acesso em 20 de fev. 2021.

GIANNELLA, et al. CONCEITOS E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA. **Geo UERJ**, n. 34, p. e31368, jun. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/31368/29744>. Acesso em: 19 maio 2021.

GEA, K. D., BARRETO, L. C., & MOREIRA, L. E. (2019). O direito à cidade “no truque”: As resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte. **URBS: Revista de estudos urbanos y ciencias sociales**, 9(1), 57-71. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7325924>. Acesso em 15 de abr. 2022.

GEORGE, Pierre. Geografia urbana. São Paulo: Difel, 1983.

GONDIM, L. M. P de. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.12/13, n.1/2, 1981/1982, p.27-44. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9716/1/1982_art_imgondim.pdf. Acesso em 22 de abr. 2021.

GOHN, M. G. da. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (Org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2011, v. 16, n. 47, pp. 333-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em 21 de fev 2022.

GHILARDI, F. **O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP: questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B.** 2012. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura). IAU, EESC, USP, São Carlos-SP, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05072012-113506/en.php>.

Acesso em 02 de jan 2021.

HAESBAERT, R. "Território e região numa constelação de conceitos". In: MENDONÇA, F.; LÖWEN-SAGR, C. L.; SILVA, M. (Org.) **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos**. Curitiba: ADEMADAN, 621-634, 2009.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama Populacional: Salário médio mensal dos trabalhadores formais - 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/aquidauana/panorama> Acesso em 08 de ago. 2021.

_____. Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/tabelas_pdf/tab01.pdf. Acesso em 08 de ago. 2021.

JARAMILLO, Samuel. **El precio del suelo urbano y la naturaleza de sus componentes**. Bogotá, 1982, mimeog.

JOIA, P. R. Origem e evolução da cidade de Aquidauana – MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, MS. V.7., p. 34-49, 2005.

_____.; SILVA, R. L. O. Ocupação do solo e meio ambiente na cidade de Aquidauana. **Revista Pantaneira**, Aquidauana-MS, v.5., p. 25-43, 2003.

_____.; ANUNCIAÇÃO, V. S da. Inundações urbanas e vulnerabilidade socioespacial na cidade de Aquidauana. **Geografia (Londrina)**, v. 22, p. 3-158, 2013. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/11856>. Acesso em 22 set 2021.

JIRON, M. P.; LANGE, V. C.; BERTRAND, S. M. EXCLUSÃO E DESIGUALDADE DE ESPAÇO: RETRATO DA MOBILIDADE DIÁRIA. **Revista INVI**, Santiago, v. 25, n. 68, pág. 15-57, maio de 2010. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582010000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em 09 de ago. 2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b. [1968].

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, V. C. de. Uso do Cadastro Único para Programas Sociais como ferramenta para subsidiar processos de avaliação na política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, v. 21, n. 1, p. 82-103, 2015. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1170>. Acesso em: 17 fev. 2022.

LIMA, F. D. S.; RESENDE, A. C.; ARRUDA, T. R.; SANTOS, A. T. dos. O método dialético e sua utilização na compreensão da violência no espaço urbano brasileiro. In: I Simpósio Mineiro de Geografia, **Universidade Federal de Alfenas**, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://www.unifalmg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Francisco%20Den%C3%ADson%20Santos%20de%20Lima.pdf>. Acesso em 10 de ago. 2021.

LIMA, Z. B. **A Questão da Habitação.** In: **Semana de Geografia da UESB.** 10., Anais, Vitória da Conquista: UESB, 2011.

LIMA, M. A.; LAY, M. C. D. A INFLUÊNCIA DA DIMENSÃO, CONFIGURAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE CONUNTOS HABITACIONAIS NA INTERAÇÃO SOCIAL. In: **I Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social, 2010**, Porto Alegre - RS. Anais I Congresso Internacional sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. v. 1. p. 89-89.

LINHARES, J. F. A MORADIA AUTOCONSTRUÍDA COMO PROCESSO DE MORAR DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: Um olhar para além da precariedade. In: XVIII Enanpur, 2019, Natal, RN. **Anais XVIII ENANPUR 2019.** Natal, RN: Enanpur, 2019. v. 1. p. 1-17. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=512>. Acesso em 10 set. 2021.

LOPES, E. A.; ANDRADE, A. R. de. O papel do planejador nas cidades: uma reflexão sobre o valor de uso e o valor de troca do solo urbano In.: Anais do 12º **Encuentro de Geógrafos de America latina.** Uruguay, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/98.pdf>. Acesso em 08 de ago. 2021.

LUNA, A. O. As estratégias e práticas espaciais dos agentes promotores imobiliários no município sede do Polo Industrial de Desenvolvimento Norte de Pernambuco, Goiana. In: Encontro Nacional do INCT Observatório das Metrópoles e Seminário, 2017, Natal. **Regimes Urbanos e Governança Metropolitana,** 2017. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/anais/ST5/as_estrategias_e_praticas.pdf. Acesso em 10 de jun. 2021.

MARICATO, E. A terra é um nó na sociedade brasileira. também nas cidades. **Cultura Vozes**[S.l.], v. no/dez. 1999, n. 6, p. 7-22, 1999.

_____. **A cidade é um grande negócio.** Teoria e Debate, n.3. 1988.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados. São Paulo, ago. 2003. Disponível em: <http://www.revista.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em 25 jul. 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L.; MUNARO, M. E. Impactos da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina até setembro de 2020. **REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE**, v. 17, p. 75-96, 2020. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4518>. Acesso em 20 de jul 2021.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. do. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Geografia (Londrina)**, Rio Claro, v. 31, n.2, p. 317-330, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1368/2059>. Acesso em 14 dez 2020.

MARTINEZ, J. L. S. da. **Produção do espaço e desigualdade social: um estudo sobre a ocupação irregular no bairro Vila Pinheiro em Aquidauana-MS.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana, MS. 2021.

MATTAR, M. E. O árido problema da desertificação. La Insígnia – **Revista de Ecologia**. Agosto de 2003. Disponível em: <https://www.lainsignia.org/ecologia.html>. Acesso em 15 set 2021.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MILANI, P. H. **Metodologia Qualitativa na Ciência Geográfica:** apontamentos para um debate. p. 19, 2019.

MIRANDA, B. R. S. de. A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas. TCC- Trabalho de Conclusão do Curso Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros - UFMA- Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2005.

MIRANDA, Sonia Regina; PAGÈS BLANCH, Joan. **Miradas sobre uma questão sensível: a cidade e suas potencialidades educativas/2014.** Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/publicacoes/periodicosFEH/article/viewFile/6747/5583>. Acesso em 08 de abr. 2021.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. de R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator** (Fortaleza). Fortaleza, v.16, e.16015, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 08 ago 2020.

MOURA, R. Um ensaio sobre o controle da cidade e do Cidadão contemporâneo. **Cidades**, v.3, n.5, jan./jun. 2006, p.37-66. Presidente Prudente Grupo de Estudos Urbanos.

MTST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Disponível em: <https://mtst.org> Acesso em 10 de ago. 2021.

MOVIMENTO de Luta pela Moradia propõe parceria com o governo do Estado. **Amambai Notícias**. Amambai, MS, 20 jun. 2016. Cidades. Disponível em: <https://www.amambainoticias.com.br/cidades/movimento-de-luta-pela-moradia-propoe-parceria-com-o-governo-do-estado>. Acesso em 20 jul. 2021.

NASCIMENTO, D.M. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p.1-13. 2011. Disponível em: http://praxis.arq.ufmg.br/textos/capitulo_jupira.pdf Acesso em 05 out 2021.

NOGUEIRA, R. H. P.; GODOI, N. R. A. de. Para uma tentativa de reconstrução do conceito jurídico-econômico de especulação imobiliária. In: **XXI Congresso Nacional do CONPEDI**, 2012, Niterói. Anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI - UFF. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2012. v. 1. p. 499-528. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2ecd2bd94734e5dd>. Acesso em 01 de set. 2021.

NUNES, Maria Emília Naves. Interesse público e interesse social. **Revista Virtual Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://ojs.mcampos.br/index.php/RFDMC>. Acesso em: 21/set./2020.

OLIVEIRA, J. A. de; COSTA, D. P da. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n.11, p. 29, 2003.

OLIVEIRA, A. U, de. **A renda da terra**. Orientação. São Paulo, USP, 1984. 94 - 95.

OLIVEIRA, V. S.; OLIVEIRA, A. E. T. Materialismo histórico e dialético: ensaio acerca do método de abordagem marxista e sua influência no pensamento de George Benko e Milton Santos. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2015, Havana. por una América Latina unida y sustentable. Havana: Egal, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/02.pdf>. Acesso em 11 de ago. 2021.

PAIXÃO, A. A.; RODRIGUES, L. P.; JOIA, P. R. Expansão da área urbana da cidade de Aquidauana/MS: 1966 a 2018. **REVISTA PANTANEIRA**, v. 17, p. 35-46, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpan/article/view/11951>. Acesso em 10 de ago. 2021.

PECHMAN, R. M. O mel e o fel da cidade. Lendo folhetins e romances em busca de alguma moral urbana. **Espaço e Debates** (Revista de Estudos Regionais e Urbanos/NERU), São Paulo, v.23, n.43-44, p.71-78, jan./dez. 2003.

PEQUENO, R. Políticas Habitacionais, Favelização e Desigualdades Sócio-Espaciais nas Cidades Brasileiras: Transformações e Tendências. **Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**. v. 12, n 270 p. 35. 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/53945879-Politicass-habitacionais-favelizacao-e-desigualdades-socio-espaciais-nas-cidades-brasileiras-transformacoes-e-tendencias.html> Acesso em 15 set. 2021.

PEREIRA, K. P.; LOPES, J. L. Pobreza x degradação ambiental: existe correlação? Uma análise estatística para o paraná. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 2013. In: **O Método Científico**, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/08-kpereiratrabalhocompleto.pdf. Acesso em 22 de jun. 2021.

PEREIRA, P. M. F. de. **Análise dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Monte Alegre de Minas - MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia (IGUFU).Uberlândia - MG. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21216>. Acesso em 15 de ago. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatay. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 8, n  16, 1995. p. 279-290. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2008/1147>. Acesso em 05 de abr. 2020.

PIMENTEL, S. C. e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2019, n. 134, pp. 34-51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dQkqhY3WDkMNX3N44JCKf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 de jun. 2021.

PISANI, Elaine Maria. **Temas de psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, Inovações na medição das desigualdades e da pobreza. In: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. PNUD, 2010. Disponível em: https://www1.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em 05 de ago. de 2022.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações Bairro rural-cidade.

Editora Livraria Duas cidades: São Paulo, 1973.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Atica, 1993. 269 p.

RIBEIRO, L. C. Q. R. de. Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO (Org.). **Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação**, a cooperação e o conflito. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo. Rio de Janeiro, FASE. 2004. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/metropoles_coesao_fragmentacao_2edicao.pdf. Acesso em 22 de abril 2021.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: EDUC, n. 12, p.9-26, 2004. Disponível em: <http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/RODRIGUES-2004-Estatuto-da-Cidade-funcao-social-da-cidade-e-da-propriedade.pdf> Acesso em 06 fev 2020.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. –(Repensando a Geografia).

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SEABRA, O. C. de L. PENSANDO O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO E A GEOGRAFIA. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 66, p. 97–104, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/957>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SANTOS, R, L, M, dos. **MOVIMENTOS (D)E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP. p. 170. 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/268936/1/Modesto_Rogério_M.pdf Acesso em 15 set 2021.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SECCHI, B. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS F. N. G.; PORTAS, N.; TANAKA, M. M. S. **Dispersão Urbana - Diálogo sobre pesquisas - Brasil - Europa**. 1. ed. São Paulo: FAU-USP, 2007. 383p.

SERPA, A. S. P. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. **GeoTextos**, vol.3, n.1 e 2, p. 31-46, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3044/2147> Acesso em 20 fev 2021.

SILVA, T. C.; VEIGA, D. A. M. Social relationship in urban space production. **Geopauta**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 142-157, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5649>. Acesso em: 14 sep. 2021.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

SILVEIRA, E. C.; SILVA, S. F. M. de. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2013. p. 122-137. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17238-08072013-162104.pdf. Acesso em 10 de abr. de 2022.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação**. São Paulo: RT, 2004.

SOUZA, A. M. G. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras-(Re)Qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, São Paulo, v. 5, p. 81-116, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9297/6901>. Acesso em 14 jan de 2020.

SOUZA, D. L., CASTRO, S. B., MEZZADRI, F. M. (2012). Facilitadores e Barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.26, n 3, 419-430. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/Kp4mTVkHqs6jxjtG7mLjzRQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 de fev. 2022.

SOUZA, I. de. (2016). SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO – AS RELAÇÕES ENTRE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS MODOS DE EDUCAR. **Revista Contexto & Amp; Educação**, 30(96), 101–125. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/4263>. Acesso em 15 jan de 2020.

SOUZA, Jailson da Silva; DUARTE, João Pedro Hernandes. **A Territorialização da população ribeirinha em Aquidauana e Anastácio**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana – MS. 2021.

SMART, B. Resisting McDonaldization: theory, process and critique. In **Smart, B.** (Ed.) *Resisting McDonaldization*. Londres: SAEG Publications, 1999.

SPOSITO, M. E. B. (1993) (2012). Capitalismo e Urbanização (7a ed.). São Paulo: Contexto. TRINDADE, T. A. O QUE SIGNIFICAM AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS EM ÁREAS CENTRAIS? **Caderno CRH [online]**. 2017, v. 30, n. 79, pág. 157-173, abril de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100157&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 de abril 2021.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

TOPALOV, Chritian. **Le profit, la rente et la ville**. Éléments de théorie, Paris, Economica, 1984.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Editora: autores Associados. Campinas, 2003.

XIMENES, L. S. V. da. **Saúde e ambiente da população ribeirinha - área urbana de Aquidauana e Anastácio/MS: análise do contexto geográfico**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana – MS. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3399> Acesso em 15 de ago.2020.

WANDERLEY, M. N. B. de. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Giarraca, Norma (org.). Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: Clacso-ASDI, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acesso em 10 de ago. 2021.

ZANELLA, A. V. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1- PERFIL

- 1.1- Nome: _____
- 1.2- Idade: _____
- 1.3- Sexo: M () F ()
- 1.4- Naturalidade: _____
- 1.5- Grau de escolaridade: _____
- 1.6- Cor/ raça:
() Branca () Parda () Preta () Amarelo () Indígena
- 1.7- Estado civil: _____
- 1.8- Profissão: _____ () Formal () Informal
- 1.9- Renda Familiar (Salário-mínimo): _____
- 1.10- Quantidade de pessoas residente na moradia: _____
- 1.11- Número de pessoas trabalhando: _____
- 1.12- Quantos cômodos tem a casa: _____
- 1.13- Tipo de material construtivo: _____
- 1.14- Tipo de moradia anterior: () alugada () cedida () própria () parental
- 1.15- Bairro anterior: _____
- 1.16- Tempo de moradia em Aquidauana: _____
- 1.17- Meio de transporte utilizado: _____

2- OCUPAÇÃO

- 2.1- Nome da ocupação: _____
- 2.2- Situação do terreno ocupado: _____
- 2.3- Movimento social: _____
- 2.4- Quanto tempo participa da ocupação: _____
- 2.5- Quantos anos tem a ocupação: _____
- 2.6- Participou de outro movimento por moradia antes deste: () SIM () NÃO
- 2.7- Participou de algum movimento social antes: _____
- 2.8- Recebe algum tipo de benefício do governo: () SIM () NÃO
- 2.9- Possui cadastro na Secretaria de Habitação de Aquidauana para concorrer a uma casa de interesse social? () SIM () NÃO
- 2.10- Você sabia que tem um cadastro habitacional na prefeitura? _____
- 2.11- Me conte sobre sua trajetória de vida...

SUAS RESPOSTAS PODEM SER UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA??? () SIM () NÃO